

**ATA DA VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE
2024 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA
VISTA – IPSJBV.**

Aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro às 09h00min (nove horas) reuniram-se na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – IPSJBV, sito à Rua Senador Saraiva, 136 – Centro, os membros do Comitê de Investimentos nomeados pela Portaria nº 056/2023, estando presentes os membros efetivos: **CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME** (certificado pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV II); **EDNÉIA RIDOLFI** (certificada pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV III); **VALDEMIR SAMONETTO** (certificado Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE SOUZA** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I) e membro suplente **CIRONEI BORGES DE CARVALHO** (certificado pela ANBIMA CPA 10 e Instituto Totum CP RPPS CG INV I). O Superintendente observando haver quórum, iniciou a reunião: **1) CENÁRIO ECONÔMICO – a)** Com progresso na tramitação do pacote de corte de gastos do governo federal no Congresso, mesmo com a votação apertada, o Ibovespa registrou alta, encerrando o dia com um avanço de 1,40% e atingindo 127.857,58 pontos. Este otimismo no mercado foi alimentado pela aprovação, pela Câmara dos Deputados, do regime de urgência para a votação de duas propostas do pacote fiscal. Nos Estados Unidos, os principais índices fecharam em queda na quinta-feira, após alcançarem novos recordes na quarta. O mercado está em alerta à espera do relatório de emprego (*Payroll*), que pode ser crucial para definir a política do *Federal Reserve* em sua próxima reunião. Há especulações sobre uma possível pausa nos cortes de juros ou uma redução de 0,25%. Ao final do dia, o índice *Dow Jones* caiu 0,55%, enquanto o S&P 500 e o *Nasdaq Composite* recuaram 0,19% e 0,18%, respectivamente. No mercado cambial, o dólar registrou uma nova queda de 0,63%, cotado a R\$ 6,009. Durante o pregão, a moeda chegou a ser negociada abaixo de R\$ 6,00, atingindo R\$ 5,960 no seu ponto mais baixo. A iminência da votação inicial de algumas medidas do pacote fiscal gerou otimismo entre os investidores, mesmo diante das incertezas sobre a eficácia e comprometimento do governo em controlar as contas públicas. Existe a expectativa de que esse avanço contribua para alcançar o objetivo de reduzir as despesas em R\$ 72 bilhões. Por outro lado, o mercado de juros no Brasil registrou aumento nas taxas futuras, principalmente em prazos curtos e médios. O juro para 2027 subiu para 14,43% ao ano, e o contrato com vencimento em 2029 foi ajustado para 14,14%. Com a expectativa de uma inflação elevada nos próximos meses, devido à desvalorização do real, o Banco Central enfrenta um cenário desafiador para controlar a inflação. Discute-se até onde a Selic precisará subir: 13,5%, 14,0% ou mesmo 15,0%. Hoje, o calendário econômico destaca, no Brasil, a divulgação do IGP-DI. Internacionalmente, o foco está na divulgação do crescimento do PIB na Zona do Euro e no relatório *Payroll* nos Estados Unidos. *Fonte: R3 Investimentos.* **b)** Recentemente, com o dólar ultrapassando a marca de R\$ 6,00, houve um aumento na discussão sobre a necessidade ou não de



intervenção direta do Banco Central no mercado cambial para controlar a inflação. Tanto o atual presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quanto seu sucessor, Gabriel Galípolo, recusaram-se a intervir diretamente. Embora o Brasil tenha US\$ 370 bilhões em reservas, eles destacam que o regime de câmbio flutuante, adotado pelo país, prevê intervenções apenas para mitigar flutuações abruptas e não para controle direto dos preços. A visão dos defensores da intervenção sugere que o aumento atual na demanda por dólares é de natureza especulativa. Entretanto, essa análise argumenta que o aumento se deve à falta de confiança na política fiscal, levando agentes econômicos a protegerem-se contra potenciais desvalorizações do real e impactos inflacionários. Desta forma, uma intervenção para aumentar a oferta de dólares poderia não resolver o problema subjacente e, ainda, estimular a demanda, na medida em que o dólar se tornasse mais barato. Tal situação poderia requerer um controle dos fluxos de capitais, o que afastaria investimentos devido ao risco associado a um ambiente de retorno incerto e restrições. Adicionalmente, aqueles que pedem a intervenção no câmbio geralmente defendem reduções artificiais nas taxas de juros. No entanto, tal estratégia significaria injetar mais moeda na economia, provocando pressões inflacionárias e desorganização econômica. Juros elevados, embora aumentem o custo de crédito e a dívida pública, são atualmente uma necessidade dentro do cenário econômico, cuja grande parte do crédito tem prazos longos de liquidação. Portanto, o regime de câmbio flutuante, sob a supervisão constante do Banco Central, segue como um mecanismo adequado para ajustar o fluxo de capitais e os preços internos. Intervenções artificialmente forçadas poderiam levar a distorções econômicas indesejadas, tornando crucial que qualquer tentativa de controlar o mercado de câmbio ou taxas de juros seja cuidadosamente considerada dentro do contexto macroeconômico mais amplo. *Fonte: CELSO MING, Comentarista de Economia. O Estadão S. Paulo – Economia&Negócios (B2), sexta-feira, 06 de dezembro de 2024. 2)*

ACOMPANHAMENTO DOS INVESTIMENTOS – A Diretora Administrativa/Financeiro apresentou através da Informação Técnica nº 116/2024, o relatório de enquadramento, rentabilidade e retorno dos investimentos consolidado referente ao fechamento do mês de novembro, demonstrando um fechamento positivo de R\$ 2.416.922,91 em rendimento, e um saldo de Patrimônio de R\$ 220.450.340,53 (**doc. anexo 1**). Além disso, na reunião foi acessado a plataforma de gestão dos investimentos, sendo constatado até o dia 04/12/2024, um rendimento positivo de R\$ 458.199,52, e com saldo de Patrimônio consolidado de R\$ 220.908.540,05. **3) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS** – Os membros do Comitê de Investimentos, após debates e analisando a carteira do Instituto por meio de acesso ao sistema de gerenciamento dos investimentos, deliberaram de forma unanime, por não realizar nenhuma movimentação nos fundos. **4) ANÁLISE DE FUNDOS** – a) Retomada na presente reunião a análise do Processo Administrativo nº 1.426/2024 documentado para registrar e acompanhar a evolução do fundo **ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA**. Os membros do Comitê, analisaram todo o acervo documental do referido processo, os debates e explanações existentes nas atas onde foram registrados o acompanhamento sistemático da evolução deste fundo no período analisado, considerando a oitiva do Gestor do ICATU em reunião ordinária realizada anteriormente, onde foi aberta a carteira do fundo, análise de projeções, demonstração de mudanças de estratégias e perspectivas econômicas, sinalizando que o fundo tem perspectiva de recuperação no prazo de 5 (cinco) anos,



caso venhamos a aportar mais recursos para reparar a perda. Após debaterem a respeito de deliberação em relação a este fundo, entenderam que o volume aplicado de apenas R\$ 87.336,86 (atualizado até 04/12/2024), e que representa um percentual irrisório do total da nossa carteira de investimentos, se torna irrelevante quando comparado ao deságio acumulado de R\$ 4.231.349,16 (atualizado até 04/12/2024). Este fundo chegou a possuir aproximadamente R\$ 30 milhões de recursos aplicados, conforme demonstra extrato do período de 30/08/2019 a 30/09/2019 (**doc. anexo 2**). Porém, nos anos seguintes houveram vários resgates fracionados neste fundo, em atendimento às deliberações pelo Comitê de Investimentos da época, principalmente durante o período da crise pandêmica do COVID-19, onde o cenário econômico-financeiro estava desestabilizado, e os fundos em ações perdendo rentabilidade rapidamente, optando-se pela alocação dos recursos dos resgates parciais realizados em fundos que tivessem maior probabilidade de rentabilidade. O Comitê de Investimentos da época, conforme relatado na ata da 5ª reunião do Comitê, ocorrida em 26/04/2021, entendeu pela não realização do resgate total, mas por manter “...o menor montante aplicado pois se retirarmos o valor total integralizamos a perda do mesmo”. Houve recentemente e a pedido do Comitê de Investimentos a análise técnica realizada LDB Consultoria a respeito da nossa preocupação em deliberar pelo resgate total ou não deste fundo, após a conclusão dos estudos técnicos e das análises e acompanhamento de sua evolução. De acordo com a Consultoria em seu relatório, pág. 16, “...é necessário destacar, mesmo com a Nota Técnica SEI 296/2023/MPS do Ministério da Previdência Social, não houve pronunciamento por parte do Tribunal de Contas. Dessa forma não há garantias de que futuramente não haverá notificações ou posicionamentos do órgão em relação a movimentação realizada”. Os membros do Comitê de Investimentos, após debaterem exaustivamente o assunto, deliberaram por aguardar o resultado e conclusão da auditoria das contas de 2024 pelo Tribunal de Contas, visto que neste exercício de 2024 foram aprovados por este Comitê os resgates totais de dois fundos com deságio acumulado: BRASIL CAPITAL RP INSTITUCIONAL FIC FIA, este em razão de ser um fundo com performance insatisfatória durante todo o período aplicado, bem como, ser muito volátil, com taxa de administração significativa e ter sido objeto de apontamentos de possíveis inadequações, em relatórios elaborados pelo Controle Interno do Instituto e Conselho Fiscal. Já o fundo RIO VERDE SMALL CAPS, também vinha apresentando rentabilidade insatisfatória, bem como, alta volatilidade e alta taxa de administração. Assim, após possível análise conclusiva do Tribunal de Contas referente às contas de 2024 em relação a estes dois fundos, retomaremos a discussão sobre o fundo ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA. b) Foi disponibilizado para o Comitê no dia 27/11/2024, o **Processo Administrativo nº 1.454/2024**, aberto para análise de documentação para o credenciamento do Custodiante BANCO DO BRASIL S/A – CNPJ 00.000.000/0001-91. Após análises e debates, os membros averiguaram a justificativa apresentada pela gerente do Banco do Brasil, Sra. Mariane Bovoloni, que a ausência do Questionário *Due Diligence* – QDD, se dá pelo fato da *BB ASSET* já ter sido credenciada. Deliberaram que apurasse a veracidade da informação e ainda, se o *BB ASSET* estava credenciado no Instituto de Previdência. Assim que confirmada a autenticidade dos dados informados, devendo retornar o processo para o Comitê tomar conhecimento e deliberar pelo credenciamento ou não deste. 5) **POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** – Na reunião anterior, o Sr. Marcos



Almeida, da LDB Consultoria, informou ao Comitê que o estudo ALM está em fase de finalização, porém, apresentou sugestão de alocação, debatida com todos os presentes, levando em consideração outros fatores, tais como, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes. Assim, em conjunto com o Comitê, após explanações e debates, foi estabelecido as porcentagens de alocação nos artigos em que o Instituto possui aplicações. Após, a incorporação da tabela de alocação objetivo na Minuta da Política de Investimentos para 2025, a Diretora Administrativa/Financeira, encaminhou o citado documento para análise final e deliberação do Comitê nesta reunião. Os membros do Comitê de Investimentos informaram que analisaram a referida minuta e relataram não ter nenhuma ressalva ou dúvidas, ratificando as informações constantes no documento. Com isso, homologaram a Política de Investimentos para o exercício de 2025 (**doc. anexo 3**), devendo ser submetida para aprovação do Conselho Administrativo na próxima reunião ordinária agendada para o dia 13 de dezembro de 2024. **6) CALENDÁRIO DAS REUNIÕES PARA 2025** – A secretária elaborou e enviou o calendário prévio para análise dos membros do Comitê de Investimentos das reuniões para o exercício de 2025 (**doc. anexo 4**). Tendo sido aprovado por unanimidade pelos membros e determinado a sua publicação. **7) RELATÓRIO ADMINISTRATIVO/ FINANCEIRO e PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS** – A Sra. Ednéia Ridolfi informou que encaminhou o Relatório Administrativo/Financeiro da competência outubro/2024 (**doc. anexo 5**), no dia 29/11/2024 pela Informação Técnica nº 340/2024, para as análises dos membros, efetuou a leitura do mesmo, para os presentes nesta reunião. Em seguida, os membros do Comitê de Investimentos relataram não ter nenhuma ressalva ou dúvidas, sendo aprovado por todos. O Parecer do Comitê de Investimentos referente ao relatório apresentado acompanhará a presente ata. **8) ALTERAÇÃO DE REUNIÃO** – Tanto o Superintendente, Sr. Cleber Augusto Nicolau Leme, quanto a Diretora Administrativa/Financeira, Sra. Ednéia Ridolfi, estarão ausentes na semana entre os dias 16 e 20/12, motivo pelo qual os membros deliberam pela alteração da última reunião do Comitê de Investimentos para o dia 13/12/2024 no período da manhã. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião foi a mesma encerrada no mesmo dia e local às 11h00min, e eu, Ednéia Ridolfi, na qualidade de secretária do Comitê de Investimentos, anotei e digitei a presente ata que segue assinada por mim e por todos os presentes. São João da Boa Vista – SP, aos 06 (seis) dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e quatro (06/12/2024).

CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)

VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Após o encaminhamento do Relatório Administrativo/Financeiro referente ao fechamento do mês de outubro de 2024, os membros do Comitê de Investimentos verificaram que o Instituto de Previdência registrou uma rentabilidade positiva de **R\$ 1.884.192,17**, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 217.487.858,23**.

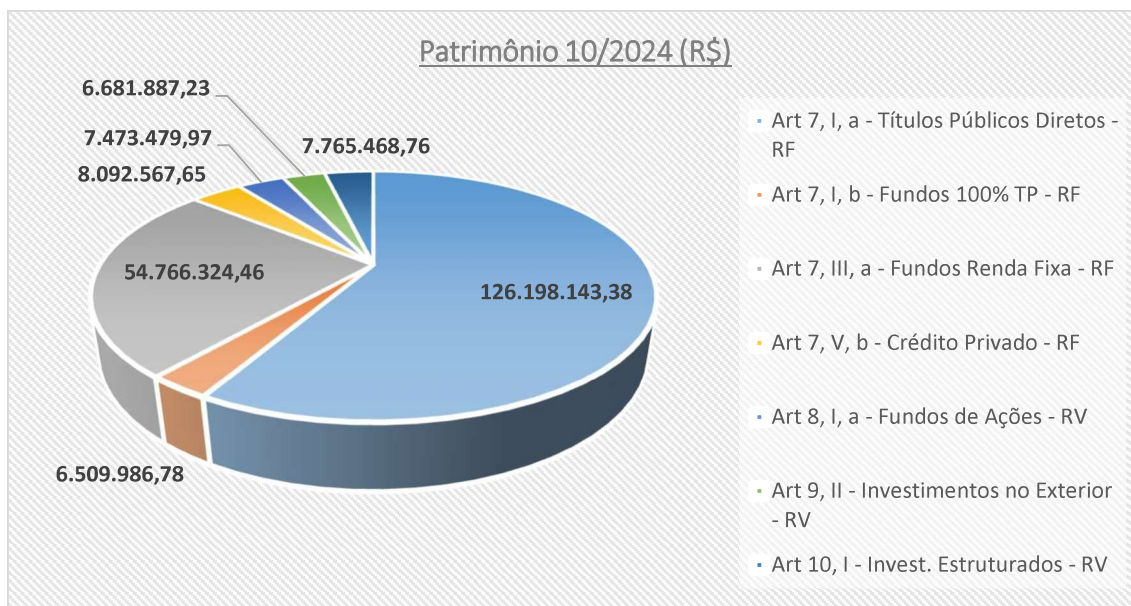
Com Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2024 do Instituto de Previdência foi de IPCA+5,16%, o IPSJBV obteve o rendimento/retorno positivo de 0,86% atingido no mês de outubro, não atingindo a meta mensal de 0,98% para toda a carteira no mês.

Com relação ao demonstrativo do exercício de 2024, foi analisado o comparativo dos Investimentos versus a Meta Atuarial (mês a mês, conforme tabela abaixo).

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	200.775.472,45	-196.420,28	-196.420,28	-0,10%	-0,10%	0,84%	0,84%
fevereiro	203.559.426,19	2.531.295,82	2.334.875,54	1,24%	1,14%	1,25%	2,11%
março	206.931.475,70	3.043.151,63	5.378.027,17	1,47%	2,63%	0,58%	2,70%
abril	205.796.435,13	-1.341.343,67	4.036.683,46	-0,64%	1,98%	0,80%	3,52%
maio	190.394.296,43	1.039.371,74	5.076.055,20	0,50%	2,49%	0,88%	4,44%
junho	208.397.855,81	1.833.791,06	6.909.846,26	0,88%	3,39%	0,63%	5,09%
julho	211.246.860,16	2.408.658,59	9.318.504,85	1,13%	4,56%	0,80%	5,94%
agosto	214.521.947,35	2.611.420,19	11.929.925,04	1,22%	5,84%	0,40%	6,36%
setembro	215.432.374,06	925.319,66	12.855.244,70	0,43%	6,29%	0,86%	7,28%
outubro	217.487.858,23	1.884.192,17	14.739.436,87	0,86%	7,21%	0,98%	8,33%

Na sequência foi analisada a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontada com a Política de Investimentos para 2024.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	126.198.143,38	1.307.523,04	58,03%	42,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	6.509.986,78	4.487,28	2,99%	10,00%	100,00%	Meta do Mês 0,98%
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	54.766.324,46	493.806,72	25,18%	22,00%	70,00%	
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	8.092.567,65	49.780,10	3,72%	4,00%	10,00%	Rentabilidade 0,86%
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	7.473.479,97	-183.262,57	3,44%	15,00%	40,00%	
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	6.681.887,23	232.634,21	3,07%	3,00%	10,00%	Acima da meta 0,12%
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	7.765.468,76	-20.776,61	3,57%	4,00%	10,00%	
TOTAL	217.487.858,23	1.884.192,17	100,00%	100,00%		



O Comitê de Investimentos avaliou o demonstrativo dos ativos que compõe a carteira do São João Prev, conforme apresentado no Relatório Administrativo/Financeiro referente ao fechamento do mês de outubro de 2024, que contemplou as informações por segmentos e ativos, análises de riscos, movimentações e rentabilidades.

Em todas as reuniões do Comitê de Investimentos, é apresentado o desempenho dos investimentos do mês atual, com acesso ao sistema da LDB Consultoria Financeira e à plataforma Atlas Gestão de Investimentos.

As pautas e deliberações do Comitê de Investimentos ocorridas no mês de outubro, em resumo, foram as seguintes:

- **19ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, realizada em 09/10/2024** – Apresentação pelo Banco Mercantil com resumo institucional destacando sua atuação em sete estados, com 200 cidades atendidas, mais de três mil colaboradores e 297 pontos de atendimento. O banco possui atualmente R\$ 8,2 milhões de clientes. gráficos que evidenciam resultados recordes e a solidez do modelo de negócios, resultando em uma dupla elevação no *rating* pela S&P. O portfólio inclui CDBs, Letras Financeiras, linhas de crédito, cartões e seguros. O CDB oferece prazos variados e taxas competitivas, garantindo liquidez diária e rentabilidade. Relatou que o banco atende tanto pessoas jurídicas quanto físicas. Tabelas comparativas mostraram os rendimentos de CDBs e Letras Financeiras em relação a benchmarks como IRF-M1, IDKA, IMA-B5 e IRF-M, com desempenho satisfatório. O relatório de setembro indicou um rendimento de positivo de **R\$ 925.319,66** sobre um Patrimônio de **R\$ 215.432.374,06**. Na análise de fundos, discutiu-se a convocação para a Assembleia Geral Extraordinária do fundo **GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL**, visando mudança de administração de Banco Daycoval para BTG Pactual, sem impacto no enquadramento do fundo. O Comitê deliberou sobre movimentações estratégicas, incluindo o resgate total de fundos com baixo desempenho, como o **GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL**, e o redirecionamento de recursos para fundos menos voláteis atrelados ao CDI, ajustando a carteira às condições econômicas atuais. A meta atuarial para 2025 foi mantida em 5,16%, igual à de 2024, considerando o impacto na provisão matemática e incertezas de mercado, visando um crescimento patrimonial sustentável do Plano Previdenciário. As medidas adotadas são reflexo de uma estratégia cautelosa diante dos desafios econômicos.
- **20ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, realizada em 29/10/2024** – Apresentação do Banco do Brasil, ouvindo o especialista Lucas de Oliveira. Abordou as taxas de juros do *FED* e *BCE*, destacando a expectativa de ações para mitigar riscos de recessão. Ele apresentou a

evolução da taxa Selic, com uma atividade econômica mais dinâmica e desafios na convergência da inflação, sugerindo estratégias relacionadas ao CDI e ao Crédito Privado. O relatório de rentabilidade até 23/10/2024 mostrou um rendimento total de **R\$ 1.434.973,56** e Patrimônio de **R\$ 221.319.532,99**. Os resgates em fundos vinculados ao IMA, IMA-B e Ações apresentaram resultados positivos, beneficiando a carteira do IPSJBV. Discussões sobre corrupção em previdências municipais levaram à análise da aplicação do IPSJBV no fundo **PORTO SEGURO IMA-B5 FIC I RENDA FIXA LONGO PRAZO**, que será mantida por enquanto, com acompanhamento ativo. Por fim, visando o cumprimento da meta para 2024, notou-se que o fundo **BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL** estava com desempenho inferior ao **BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL**, resultando em um resgate total do primeiro fundo e realocação nos recursos do segundo.

Para concluirmos o Parecer, as análises e estratégias adotadas por este Comitê para os investimentos, buscam adequar a carteira ao que foi estipulado na Política de Investimentos para o exercício, considerando o cenário econômico atual, à evolução dos ativos, visando atingir o cumprimento da meta atuarial, sem expor a carteira do IPSJBV à riscos maiores do que o permitido pela Resolução CMN nº 4.963 de 25/11/2021, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social.

CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 97A9-FEB4-870C-B82D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 13/12/2024 15:11:44 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME (CPF 268.XXX.XXX-95) em 13/12/2024 15:12:20 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 13/12/2024 15:22:11 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 13/12/2024 15:24:21 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 16/12/2024 07:41:39 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 23/12/2024 11:28:04 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/97A9-FEB4-870C-B82D>

Informação Técnica 50- 117/2024

De: Ednéia R. - DIR - ADMF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 13/12/2024 às 15:11:08

Setores envolvidos:

SUP, COMINVEST, DIR - ADMF, CONT, CI

Atas do Comitê de Investimentos no ano 2024

Pessoal.

Segue todo o material que foi pauta da 23ª reunião ordinária ocorrida dia 06/12/2024 para compor a ata.

Atenciosamente,

—

Ednéia Ridolfi

Diretora Administrativa/Financeira

Anexos:

01_0_anexo1.pdf
01_1_FECHAMENTO_INVESTIMENTOS_NOVEMBRO_2024.pdf
02_0_anexo2.pdf
02_1_ICATU_DIVIDENDOS_PF_09_2019.pdf
02_2_ICATU_DIVIDENDOS_PP_09_2019.pdf
03_0_anexo3.pdf
03_1_POLITICA_DE_INVESTIMENTOS_2025.pdf
04_0_anexo4.pdf
04_1_Calendario_Comite_2025.pdf
05_0_anexo5.pdf
05_1_RELATORIO_ADM_FINANCEIRO_10_2024.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: BA54-7827-3778-3209

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 13/12/2024 15:11:26 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 13/12/2024 15:22:16 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME (CPF 268.XXX.XXX-95) em 13/12/2024 15:30:21 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 16/12/2024 07:40:38 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 23/12/2024 10:44:17 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 23/12/2024 11:27:15 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/BA54-7827-3778-3209>

ANEXO Nº 01



Relatório Geral

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES
PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BOA
VISTA

CNPJ: 05.774.894/0001-90

Referência: Novembro / 2024



INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE SAO JOAO DA BOA VISTA

CNPJ: 05.774.894/0001-90
Referência: Novembro / 2024

A Última Posição considera a situação atual da carteira para o mês cujas movimentações estão em preenchimento. Portanto, não refletem a posição de fechamento.

Sumário

Análise do Cenário Macro Econômico

Enquadramento - Consolidado

Retorno - Consolidado

Análise do Cenário Macro Econômico

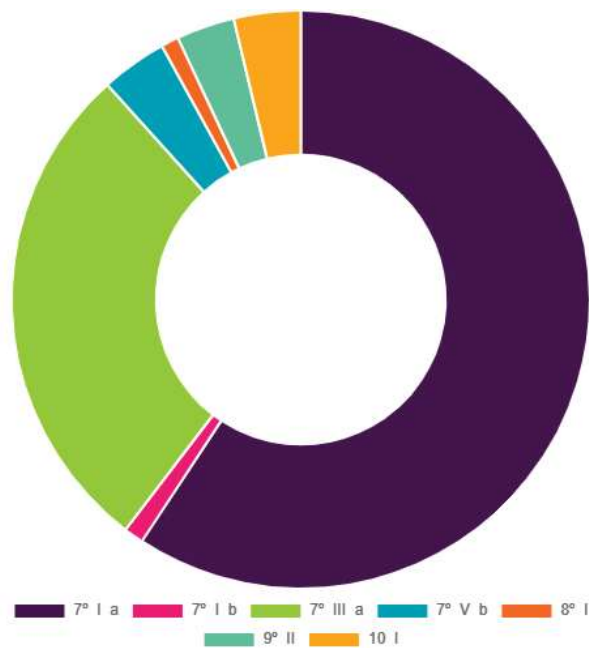
FECHAMENTO DOS INVESTIMENTOS REFERENTE MÊS NOVEMBRO/2024.
REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS NO DIA 06/12/2024.

Enquadramento - Consolidado

Artigos - Renda Fixa	Aplicado \$	Aplicado %	Resolução 4363		Pré-Gestão		Política de Investimento - 2024			Disponível para Aplicar
			Por item %	por Artigo %	Por item %	por Artigo %	Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"	R\$ 130,653,033,80	59,27%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	0,00%	42,00%	100,00%	R\$ 87,372,878,60
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	R\$ 2,424,428,13	1,10%	100,00%		100,00%		0,00%	10,00%	100,00%	R\$ 87,372,878,60
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "c"	R\$ 0,00	0,00%	100,00%		100,00%		0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 7º, Inciso II	R\$ 0,00	0,00%	5,00%	5,00%	5,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	R\$ 61,661,417,82	27,97%	60,00%	60,00%	70,00%	70,00%	0,00%	22,00%	65,00%	R\$ 81,631,303,52
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "b"	R\$ 0,00	0,00%	60,00%		70,00%		0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 7º, Inciso IV	R\$ 0,00	0,00%	20,00%	20,00%	20,00%	20,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 7º, Inciso V, Alínea "a"	R\$ 0,00	0,00%	5,00%	15,00%	10,00%	25,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 7º, Inciso V, Alínea "b"	R\$ 8.158,474,43	3,70%	5,00%		10,00%		0,00%	4,00%	5,00%	R\$ 2.864,042,60
Artigo 7º, Inciso V, Alínea "c"	R\$ 0,00	0,00%	5,00%		10,00%		0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Total Renda Fixa	R\$ 202.897.354,18	92,04%								

Artigos - Renda Variável	Aplicado \$	Aplicado %	Resolução 4.963		Pró-Gestão		Política de Investimento - 2024			Disponível para Aplicar
			Por Item %	por Artigo %	Por Item %	por Artigo %	Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 8º, Inciso I	R\$ 2.183.342,70	0,99%	30,00%	30,00%	40,00%	40,00%	0,00%	15,00%	35,00%	R\$ 74.974.276,49
Artigo 8º, Inciso II	R\$ 0,00	0,00%	30,00%		40,00%		0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 8º, Inciso III	R\$ 0,00	0,00%	30,00%		40,00%		0,00%	0,00%	40,00%	R\$ 85.996.793,51
Artigo 8º, Inciso IV	R\$ 0,00	0,00%	30,00%		40,00%		0,00%	0,00%	40,00%	R\$ 85.996.793,51
Total Renda Variável	R\$ 2.183.342,70	0,99%								

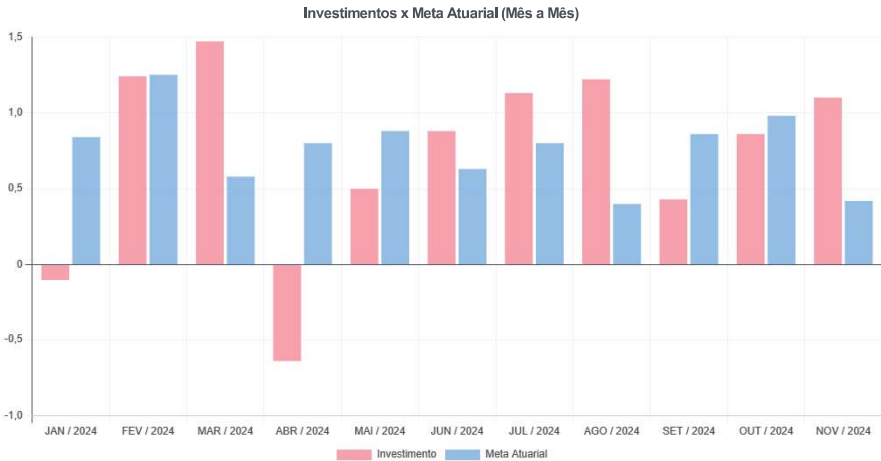
Artigos - Exterior	Aplicado \$	Aplicado %	Resolução 4.963		Pro-Gestão		Política de Investimento - 2024			Disponível para Aplicar
			Por item %	por Artigo %	Por item %	por Artigo %	Inferior %	Alvo %	Superior %	
Artigo 9º, Inciso I	R\$ 0,00	0,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	0,00%	0,00%	0,00%	R\$ 0,00
Artigo 9º, Inciso II	R\$ 7.133.934,32	3,24%	10,00%		10,00%		0,00%	3,00%	10,00%	R\$ 14.911.099,73
Total Exterior	R\$ 7.133.934,32	3,24%								

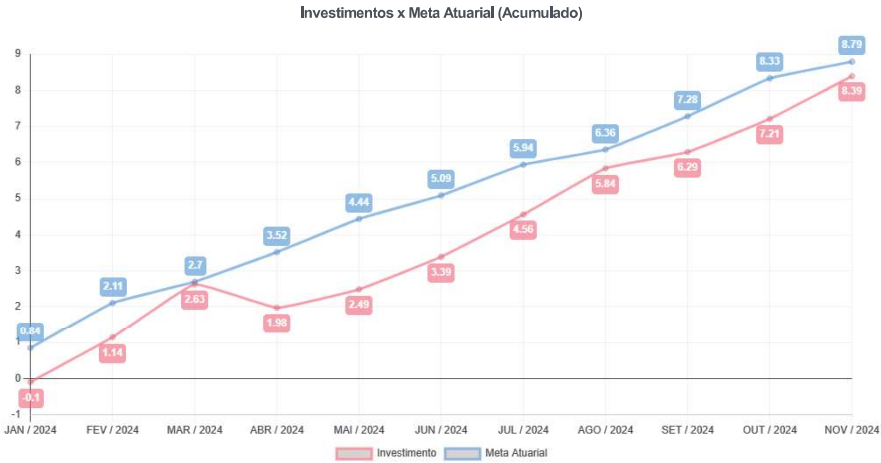


Retorno - Consolidado

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	200,855,603,24	10,836,899,21	10,836,899,21	10,720,609,72	10,720,609,72	200,775,472,45	-196,420,28	-196,420,28	-0,10%	-0,10%	1,692,019,09	1,692,019,09	0,84%	0,84%	-11,45%
fevereiro	200,775,472,45	5,526,408,30	16,363,307,51	5,273,750,38	15,994,360,10	203,559,426,15	2,531,295,78	2,334,875,50	1,24%	1,14%	2,520,170,87	4,212,189,97	1,25%	2,11%	54,30%
março	203,559,426,15	4,377,284,06	20,740,591,57	4,048,386,14	20,042,746,24	206,931,475,70	3,043,151,63	5,378,027,13	1,47%	2,63%	1,184,236,14	5,396,426,11	0,58%	2,70%	97,46%
abril	206,931,475,70	21,565,441,54	42,306,033,11	21,359,138,44	41,401,884,68	205,796,435,13	1,341,343,67	4,036,683,46	0,64%	1,98%	1,660,727,58	7,057,153,69	0,80%	3,52%	56,14%

maio	205.796.435,13	31.263.674,29	73.569.707,40	47.705.184,73	89.107.069,41	190.394.296,43	1.039.371,74	5.076.055,20	0,50%	2,49%	1.670.273,92	8.727.427,61	0,88%	4,44%	56,04%
junho	190.394.296,43	56.932.731,27	130.502.438,67	40.762.962,95	129.870.032,36	208.397.855,81	1.833.791,06	6.909.846,26	0,88%	3,39%	1.303.493,51	10.030.921,12	0,63%	5,09%	66,53%
julho	208.397.855,81	5.109.674,90	135.612.113,57	4.669.329,14	134.539.361,50	211.246.860,16	2.408.658,59	9.318.504,85	1,13%	4,56%	1.674.360,73	11.705.281,85	0,80%	5,94%	76,82%
agosto	211.246.860,16	69.616.019,75	205.228.133,32	68.952.352,75	203.491.714,25	214.521.947,35	2.611.420,19	11.929.925,04	1,22%	5,84%	847.789,60	12.553.071,45	0,40%	6,36%	91,82%
setembro	214.521.947,35	18.557.162,65	223.785.295,97	18.572.055,60	222.063.769,85	215.432.374,06	925.319,66	12.855.244,70	0,43%	6,29%	1.849.055,75	14.402.127,20	0,86%	7,28%	86,45%
outubro	215.432.374,06	25.986.642,59	249.771.938,56	25.815.350,59	247.879.120,44	217.487.858,23	1.884.192,17	14.739.436,87	0,86%	7,21%	2.118.320,01	16.520.447,21	0,98%	8,33%	86,53%
novembro	217.487.858,23	17.736.855,18	267.508.793,74	17.191.295,79	265.070.416,23	220.450.340,53	2.416.922,91	17.156.359,78	1,10%	8,39%	916.075,32	17.436.522,53	0,42%	8,79%	95,45%





Renda Fixa

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
	NTN-B 760199 20250515 / 1504836	4,203,540,28	0,00	121,359,96	4,118,633,66	36,453,34	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20250515 / 813218	6,206,222,28	0,00	179,076,80	6,080,440,50	53,295,02	0,86%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4,195,614,67	0,00	0,00	4,231,443,67	35,829,00	0,85%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6,032,435,33	0,00	0,00	6,085,478,68	53,043,35	0,88%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5,099,787,35	0,00	0,00	5,144,178,10	44,390,75	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5,026,186,24	0,00	0,00	5,070,506,88	44,320,64	0,88%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5,093,555,44	0,00	0,00	5,137,742,86	44,187,42	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5,093,842,18	0,00	0,00	5,137,487,64	43,645,46	0,86%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2,186,659,83	0,00	64,416,12	2,141,219,48	16,975,77	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8,138,182,47	0,00	234,732,32	7,972,415,22	68,965,07	0,85%	--	--
	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11,054,234,05	0,00	0,00	11,146,881,29	92,647,24	0,84%	--	--

	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4,326,150,26	0,00	120,329,30	4,241,487,56	35,666,60	0,83%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2,122,075,11	0,00	58,489,83	2,080,959,66	17,374,38	0,82%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4,071,361,39	0,00	117,881,49	3,988,069,58	34,589,68	0,85%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5,265,528,36	0,00	0,00	5,309,398,85	43,870,49	0,83%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2,120,722,03	0,00	0,00	2,138,306,08	17,584,05	0,83%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3,050,911,72	0,00	0,00	3,077,166,48	26,254,76	0,86%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5,414,396,11	0,00	149,316,55	5,309,684,75	44,605,19	0,83%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2,121,416,31	0,00	58,103,34	2,080,714,17	17,401,20	0,82%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4,384,972,08	0,00	126,899,74	4,295,299,85	37,227,51	0,85%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2,097,303,96	0,00	60,293,48	2,054,561,42	17,550,94	0,84%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5,103,518,29	0,00	147,770,57	4,999,642,68	43,894,96	0,86%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3,105,846,77	0,00	90,182,56	3,042,661,04	26,996,83	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 883914	0,00	5,193,117,04	0,00	5,206,635,91	13,518,87	0,26%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5,265,078,66	0,00	0,00	5,308,931,50	43,852,84	0,83%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2,123,795,54	0,00	0,00	2,141,388,12	17,592,58	0,83%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3,051,964,36	0,00	0,00	3,078,208,22	26,243,86	0,86%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5,101,481,21	0,00	148,028,23	4,997,299,21	43,846,23	0,86%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3,103,358,77	0,00	90,569,06	3,039,806,50	27,016,79	0,87%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2,038,002,33	0,00	59,133,99	1,996,384,24	17,515,90	0,86%	--	--
10.756,541/0001-06	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	1,104,188,09	0,00	0,00	1,102,123,70	-2,064,39	-0,19%	-0,19%	0,89
07.861,554/0001-22	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	836,773,88	0,00	0,00	836,912,65	138,77	0,02%	0,02%	0,59
24.011,864/0001-77	PORTO SEGURO IMA-B5 FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	2,045,565,24	0,00	2,041,824,15	0,00	-3,741,09	-0,18%	0,27%	0,22
13.077,418/0001-49	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	17,433,331,58	12,543,738,14	4,094,774,97	26,095,166,24	212,871,49	0,79%	0,81%	0,04
10.783,480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	4,045,982,10	0,00	0,00	4,079,240,56	33,258,46	0,82%	0,82%	0,03
03.737,206/0001-97	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	14,669,444,71	0,00	0,00	14,788,197,82	118,753,11	0,81%	0,81%	0,04
20.441,483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	4,046,585,55	0,00	0,00	4,079,233,87	32,648,32	0,81%	0,81%	0,04

35.292.588/0001-89	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	4,091,187,02	0,00	4,094,848,31	0,00	3,661,29	0,09%	0,45%	--
21.838.150/0001-49	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIM	1,314,611,67	0,00	0,00	1,322,304,43	7,692,76	0,59%	0,59%	0,07
03.399.411/0001-90	BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREMIUM	19,781,209,05	0,00	0,00	19,941,141,11	159,932,06	0,81%	0,81%	0,04
Total Renda Fixa		195.567.022,27	17.736.855,18	12.058.030,77	202.897.354,18	1.651.507,50	0,79%		

Renda Variável

CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaRno Mês
38.280.883/0001-03	GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO DE AÇÕES	5,219,201,32	0,00	5,133,265,02	0,00	-85,936,30	-1,65%	-3,94%	--
08.279.304/0001-41	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	90,554,30	0,00	0,00	87,336,86	-3,217,44	-3,55%	-3,55%	1,98
03.394.711/0001-86	BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES IBOVESPA PLUS	2,163,724,35	0,00	0,00	2,096,005,84	-67,718,51	-3,13%	-3,13%	1,84
Total Renda Variável		7.473.479,97	0,00	5.133.265,02	2.183.342,70	-156.872,25	-2,10%		

Exterior

CNPJ	Ativos Exterior	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaRno Mês
21.752.617/0001-33	BB MULTIMERCADO NORDEA INVESTIMENTO NO EXTERIOR FUNDO DE INVESTIMENTO	4,631,080,67	0,00	0,00	4,873,718,16	242,637,49	5,24%	5,24%	1,34
33.913.562/0001-85	MS GLOBAL OPPORTUNITIES DÓLAR ADVISORY FIC FIA IE	2,050,806,56	0,00	0,00	2,260,216,16	209,409,60	10,21%	10,21%	--
Total Exterior		6.681.887,23	0,00	0,00	7.133.934,32	452.047,09	6,77%		

Estruturados

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaRno Mês
24.633.818/0001-00	SICREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA LONGO PRAZO	7,765,468,76	0,00	0,00	8,235,709,33	470,240,57	6,06%	6,06%	--
Total Estruturados		7.765.468,76	0,00	0,00	8.235.709,33	470.240,57	6,06%		

ANEXO Nº 02



INST PREV SERV PUB MUNIC SAO JOAO DA BOA VISTA
R CAPITAO JOSE ALEXANDRE, 115
13871-000 - CENTRO - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP

Extrato Mensal **Período: 30/08/2019 a 30/09/2019**

Extrato para simples conferência, saldos sujeitos a confirmação

Resumo de Investimentos

Produto	C.N.P.J	Saldo em 30/08/2019	Saldo em 30/09/2019	Participação 30/09/2019
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	08.279.304/0001-41	25.547.729,56	26.221.546,35	46,83%
ICATU VANGUARDA FIRF INFLACAO CREDITO PRIVADO LP	19.719.727/0001-51	4.228.643,43	4.296.825,58	7,67%
ICATU VANGUARDA INFLACAO CURTA FI RF LONGO PRAZO	10.922.432/0001-03	11.703.179,97	11.907.321,56	21,26%
ICATU VANGUARDA INFLACAO LONGA FI RF LP	10.756.541/0001-06	13.083.291,62	13.571.926,30	24,24%
Total		54.562.844,58	55.997.619,79	100,00%

Movimentação no período de 30/08/2019 a 30/09/2019

Administrador	C.N.P.J
BEM DISTR DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA	00.066.670/0001-00
CIDADE DE DEUS S/N 06029-900 - OSASCO - SP	

012803 - ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F. ⁽²⁾	Valor Líquido
30/08/2019	Saldo Inicial	5,29156960	4.828.005,95859060	25.547.729,56	0,00	0,00	25.547.729,56
30/09/2019	Saldo Final	5,43113380	4.828.005,95859060	26.221.546,35	0,00	0,00	26.221.546,35
	Rendimento Bruto			673.816,79			

Mensagem

012292 - ICATU VANGUARDA FIRF INFLACAO CREDITO PRIVADO LP

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F. ⁽²⁾	Valor Líquido
30/08/2019	Saldo Inicial	2,01491170	2.098.674,31458650	4.228.643,43	0,00	0,00	4.228.643,43
30/09/2019	Saldo Final	2,04739990	2.098.674,31458650	4.296.825,58	0,00	0,00	4.296.825,58
	Rendimento Bruto			68.182,15			

Mensagem

012805 - ICATU VANGUARDA INFLACAO CURTA FI RF LONGO PRAZO

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F. ⁽²⁾	Valor Líquido
30/08/2019	Saldo Inicial	3,19448330	3.663.559,60026310	11.703.179,97	0,00	0,00	11.703.179,97
30/09/2019	Saldo Final	3,25020550	3.663.559,60026310	11.907.321,56	0,00	0,00	11.907.321,56
	Rendimento Bruto			204.141,59			

Mensagem

012804 - ICATU VANGUARDA INFLACAO LONGA FI RF LP

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F. ⁽²⁾	Valor Líquido
30/08/2019	Saldo Inicial	4,10812700	3.184.733,97156290	13.083.291,62	0,00	0,00	13.083.291,62
30/09/2019	Saldo Final	4,26155730	3.184.733,97156290	13.571.926,30	0,00	0,00	13.571.926,30
	Rendimento Bruto			488.634,68			

Mensagem

Valores em Reais Extrato emitido em: 02/10/2019

(1) Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos auferidos no período
(2) Imposto sobre Operações Financeiras relativas a títulos e valores mobiliários de acordo com portaria do Ministério da Fazenda nº 264 de 30/06/1999
(3) Rentabilidade líquida das taxas de Administração e Performance
Neste extrato somente estão demonstradas as movimentações convertidas em cotas no período de abrangência.

Página 1 de 2



INST PREV SERV PUB MUNIC SAO JOAO DA BOA VISTA
R CAPITAO JOSE ALEXANDRE, 115
13871-000 - CENTRO - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP

Extrato Mensal**Período: 30/08/2019 a 30/09/2019**

Extrato para simples conferência, saldos sujeitos a confirmação

Rentabilidade⁽³⁾

	Mês	Mês Anterior	Ano	12 Meses
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	2,64%	1,47%	29,63%	58,03%
ICATU VANGUARDA FIRF INFLACAO CREDITO PRIVADO LP	1,61%	0,12%	10,11%	15,19%
ICATU VANGUARDA INFLACAO CURTA FI RF LONGO PRAZO	1,74%	0,02%	10,13%	15,33%
ICATU VANGUARDA INFLACAO LONGA FI RF LP	3,73%	(0,81%)	26,16%	44,40%
CDI	0,47%	0,50%	4,67%	6,28%
IBOVESPA FECHAMENTO	3,57%	(0,67%)	19,18%	32,02%
IBOVESPA MÉDIO	3,73%	(1,02%)	20,33%	32,13%
IPCA	0,11%	0,19%	2,69%	3,43%
PTAXV	0,63%	9,92%	7,47%	4,01%

Central de Atendimento

BEM DTVM LTDA.
Endereço: Cidade de Deus, s/n - Prédio Amarelo - 2º andar.
Vila Yara - Osasco - SP - CEP 06029-900
Email: www.bradescobemdtvm.com.br - centralbemdtvm@bradesco.com.br
Telefone: (11) 3684-9432

Valores em Reais

Extrato emitido em: 02/10/2019

(1) Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos auferidos no período

(2) Imposto sobre Operações Financeiras relativas a títulos e valores mobiliários de acordo com portaria do Ministério da Fazenda nº 264 de 30/06/1999

(3) Rentabilidade Líquida das taxas de Administração e Performance

Neste extrato somente estão demonstradas as movimentações convertidas em cotas no período de abrangência.



INST PREV SERV PUB MUNIC SAO JOAO DA BOA VISTA
R CAPITAO JOSE ALEXANDRE, 115
13871-000 - CENTRO - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP

Extrato Mensal **Período: 30/08/2019 a 30/09/2019**

Extrato para simples conferência, saldos sujeitos a confirmação

Resumo de Investimentos

Produto	C.N.P.J	Saldo em 30/08/2019	Saldo em 30/09/2019	Participação 30/09/2019
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	08.279.304/0001-41	4.850.268,56	4.978.193,52	50,25%
ICATU VANGUARDA INFLACAO LONGA FI RF LP	10.756.541/0001-06	4.750.571,21	4.927.995,50	49,75%
Total		9.600.839,77	9.906.189,02	100,00%

Movimentação no período de 30/08/2019 a 30/09/2019

Administrador **C.N.P.J**

BEM DISTR DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA **00.066.670/0001-00**
CIDADE DE DEUS S/N 06029-900 - OSASCO - SP

012803 - ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F. ⁽²⁾	Valor Líquido
30/08/2019	Saldo Inicial	5,29156960	916.602,99705590	4.850.268,56	0,00	0,00	4.850.268,56
30/09/2019	Saldo Final	5,43113380	916.602,99705590	4.978.193,52	0,00	0,00	4.978.193,52
	Rendimento Bruto			127.924,96			

Mensagem

012804 - ICATU VANGUARDA INFLACAO LONGA FI RF LP

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F. ⁽²⁾	Valor Líquido
30/08/2019	Saldo Inicial	4,10812700	1.156.383,72509340	4.750.571,21	0,00	0,00	4.750.571,21
30/09/2019	Saldo Final	4,26155730	1.156.383,72509340	4.927.995,50	0,00	0,00	4.927.995,50
	Rendimento Bruto			177.424,29			

Mensagem

Rentabilidade⁽³⁾

	Mês	Mês Anterior	Ano	12 Meses
ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	2,64%	1,47%	29,63%	58,03%
ICATU VANGUARDA INFLACAO LONGA FI RF LP	3,73%	(0,81%)	26,16%	44,40%
CDI	0,47%	0,50%	4,67%	6,28%
IBOVESPA FECHAMENTO	3,57%	(0,67%)	19,18%	32,02%
IBOVESPA MÉDIO	3,73%	(1,02%)	20,33%	32,13%
IPCA	0,11%	0,19%	2,69%	3,43%
PTAXV	0,63%	9,92%	7,47%	4,01%

Central de Atendimento

BEM DTVM LTDA.
Endereço: Cidade de Deus, s/n - Prédio Amarelo - 2º andar.
Vila Yara - Osasco - SP - CEP 06029-900
Email: www.bradescobemdtvm.com.br - centralbemdtvm@bradesco.com.br
Telefone: (11) 3684-9432

Valores em Reais Extrato emitido em: 02/10/2019

(1) Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos auferidos no período

(2) Imposto sobre Operações Financeiras relativas a títulos e valores mobiliários de acordo com portaria do Ministério da Fazenda nº 264 de 30/06/1999

(3) Rentabilidade Líquida das taxas de Administração e Performance

Neste extrato somente estão demonstradas as movimentações convertidas em cotas no período de abrangência.

ANEXO Nº 03



Política de Investimentos

2025

*Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de São João da Boa Vista*

Sumário

1	Introdução	3
2	Definições	3
3	Diretrizes Gerais	3
4	Governança.....	5
5	Comitê de Investimentos.....	6
6	Consultoria de Investimentos.....	7
7	Modelo de Gestão	7
8	Segregação de Massa	8
9	Credenciamento	9
10	Meta de Retorno Esperado	9
11	Aderência das Metas de Rentabilidade.....	10
12	Carteira Atual.....	11
13	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação.....	11
14	Cenário.....	12
15	Alocação Objetivo.....	13
16	Apreçamento de ativos financeiros.....	15
17	Gestão de Risco	16
17.1	Risco de Mercado	16
17.1.1	VaR.....	16
17.2	Risco de Crédito.....	17
17.2.1	Abordagem Qualitativa	17
17.3	Risco de Liquidez	19
17.4	Risco Operacional	20
17.5	Risco de Terceirização	21
17.6	Risco Legal	22
17.7	Risco Sistêmico	22
17.8	Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento.....	23
18	Considerações Finais	23

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, IPSJBV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei nº 4.207 de 24 de outubro de 2017 e a Resolução CMN nº 4.963/2021, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista na reunião ordinária nº 12ª, que ocorreu em 13/12/2024.

2 Definições

Ente Federativo: Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista

CNPJ: 05.774.894/0001-90

Meta de Retorno Esperada: IPCA+5,16% a.a.

Categoria do Investidor: Qualificado

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto



de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2025. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2025.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações e sobre o monitoramento dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

4 Governança

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.5/24, tem por objetivo incentivar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta preacordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres, e, visem à promoção de elevados padrões éticos na condução das operações.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Superintendente, com o assessoramento do Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração.

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores

incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

5 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a Lei Complementar nº 4.207 de 24 de outubro de 2017, artigo 20 e seguintes, o Comitê de Investimento do IPSJBV é formado por 05 (cinco) membros titulares e 01 (um) suplente.

O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o mesmo seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

Todos os membros do comitê possuem certificação profissional, conforme disposto a seguir:

TIPO DE CERTIFICAÇÃO	QUANTIDADE DE MEMBROS	VENCIMENTO DAS CERTIFICAÇÕES
CPA - 10	3	29/06/2026, 21/09/2026 e 11/12/2026
CPA - 20	0	
CEA	0	
CGRPPS	0	
CP RPPS	6	24/11/2026, 20/07/2027, 17/07/2028, 15/08/2028, 11/10/2028 e 29/10/2028

6 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado.

Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;

6.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

6.3 - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021:

Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na originação e estruturação dos produtos de investimento.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, de acordo com o Artigo 95, da Portaria MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o IPSJBV realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

8 Segregação de Massa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista possui segregação de massa do seu plano de benefícios, Lei Complementar nº 4.574, de 08 de novembro de 2019 e alterações.

A Segregação de Massa de segurados do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de **plano financeiro** e o outro de **plano previdenciário**. Essa data de corte não poderá ser superior a data de implementação da segregação.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos

dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

9 Credenciamento

As aplicações dos recursos do RPPS deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

Os critérios para o credenciamento das Instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição a risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira, assim como está parametrizado na Minuta / Edital do RPPS.

De acordo com a Minuta / Edital, após a análise realizada, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, e, este deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos.

10 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2025 o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,16% a.a.

Essa pode ser balizada de acordo com a taxa da avaliação atuarial de acordo com a Portaria MPS nº 1.499/24 que alterou a Portaria MTP nº 1.467/2022, observando que o limite máximo de fixação da taxa de juros é de 5,47% a.a., podendo ser acrescida em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais.

A escolha do 5,16%, justifica-se pelo fato da empresa de atuária contratada ETAA, ter apresentado a meta mínima para a duração do passivo no Plano Previdenciário é de 4,95% a.a. e a máxima 5,25% a.a.

Após debates e explanações, de forma consensual na 19ª reunião ordinária, realizada em 09 de outubro de 2024, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram e aprovaram a meta de 5,16% para 2025, ou seja, a mesma aplicada no exercício de 2024.

O Comitê ponderou que a taxa estabelecida influencia na provisão matemática do cálculo atuarial e, considerou ainda o fato de que as incertezas do mercado financeiro estão causando dificuldades para o atingimento da meta atuarial estabelecida para este exercício, porém acreditando, em virtude do posicionamento atual da carteira que conseguiremos atingir esta mesma meta no exercício de 2025, com crescimento patrimonial aceitável para a sustentabilidade do plano previdenciário.

11 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que as rentabilidades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista cresceram nos últimos dois anos às seguintes taxas, aderentes às metas de rentabilidade/passivo atuarial:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE / PASSIVO
2019	23,77 %	10,59 %
2020	4,58 %	10,65 %
2021	-0,91 %	16,06 %
2022	7,18 %	11,09 %
2023	19,02 %	9,92 %

12 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/10/2024.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
RENDA FIXA	100%	89,92 %
RENDA VARIÁVEL	30%	3,44 %
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	10%	3,07 %
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	15%	3,57 %
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	5%	0,00 %
EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS	5%	0,00 %

13 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- ✓ A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10,11 e 12);
- ✓ Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- ✓ A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- ✓ Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

14 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 22/11/2024, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

BANCO CENTRAL DO BRASIL Focus Relatório de Mercado																							
Expectativas de Mercado																							
22 de novembro de 2024																							
▲ Aumento ▼ Diminuição ■ Estabilidade																							
Mediana - Agregado																							
2024																							
2025																							
2026																							
2027																							
H4 4H4 1HojeComp. semanal *Resp. **S 5 diasResp. **H4 4H4 1HojeComp. semanal *Resp. **S 5 diasResp. **H4 4H4 1HojeComp. semanal *Resp. **S 5 diasResp. **H4 4H4 1HojeComp. semanal *Resp. **S 5 diasResp. **																							
IPCA (variação %)																							
PIB Total (variação % sobre ano anterior)																							
Câmbio (R\$/US\$)																							
Selic (% a.a.)																							
ICPM (variação %)																							
IPCA Administrados (variação %)																							
Conta corrente (US\$ bilhões)																							
Balança comercial (US\$ bilhões)																							
Investimento direto no país (US\$ bilhões)																							
Dívida líquida do setor público (% do PIB)																							
Resultado primário (% do PIB)																							
Resultado nominal (% do PIB)																							
* comportamento dos indicadores desde o Focus Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que veio ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias (até)																							
2024202520262027																							

15 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Os percentuais definidos como alocação estratégica para o exercício de 2024, respeitados os limites previstos na normatização vigente, levou em consideração, além do estudo *Asset Liability Management* – ALM apresentado pela empresa de consultoria contratada pelo IPSJBV – LDB Consultoria Financeira Ltda, também, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado, onde houve entendimento por manter a diversificação dos investimentos, contudo diminuindo o risco da carteira.

Enquadramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Superior	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos		100%	0%	58,03%	66,00%	100%				
Art. 7º, I, "b"	Fundos 100% Títulos Públicos		100%	0%	2,99%	2,00%	100%				
Art. 7º, I, "c"	Fundos de Índice 100% Títulos Públicos		100%	0%			100%				
Art. 7º, II	Operações Compromissadas		5%	0%			5%				
Art. 7º, III, "a"	Fundos Renda Fixa	100%	60%	0%	25,18%	15,00%	60%	65%	70%	75%	80%
Art. 7º, III, "b"	Fundos de Índice Renda Fixa		60%	0%			60%	65%	70%	75%	80%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)		20%	0%			20%				
Art. 7º, V, "a"	Cota Sênior de FIDC		5%	0%			5%		10%	15%	20%
Art. 7º, V, "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%	3,72%	2,00%	5%		10%	15%	20%
Art. 7º, V, "c"	Fundo de Debêntures Incentivadas		5%	0%			5%		10%	15%	20%
Art. 8º, I	Fundos de Ações	30%	30%	0%	3,44%	5,00%	30%	35%	40%	45%	50%
Art. 8º, II	Fundos de Índice de Ações		30%	0%			30%	35%	40%	45%	50%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa		10%	0%			10%				
Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior	10%	10%	0%	3,07%	5,00%	10%				
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I		10%	0%			10%				
Art. 10, I	Fundos Multimercados		10%	0%	3,57%	5,00%	10%			15%	15%
Art. 10, II	Fundo de Participação	15%	5%	0%			5%			10%	15%
Art. 10, III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%			5%			10%	15%
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	5%	5%	0%			5%		10%	15%	20%
Art. 12, I	Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão		5%	0%			5%				
Art. 12, II	Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão		10%	0%			10%				

16 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA.

Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição.

Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao

CETIP e também o critério contábil que este título será registrado. Se o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista tiver efetuado o Estudo de ALM, é recomendável que estes títulos sejam marcados na curva.

17 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

17.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

17.1.1 *VaR*

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista de controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

Para o cálculo do Value-at-Risk (*VaR*), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de

confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o VaR estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado.

O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95%. Serão utilizados os 100 dados históricos mais recentes, o que é suficiente para capturar as condições atuais do mercado e dar maior peso às observações mais recentes. Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
REND A FIXA	5%
REND A VARIÁVEL	20%
INVESTIMENTO NO EXTERIOR	20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	20%

17.2 Risco de Crédito

17.2.1 Abordagem Qualitativa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSION	RATING EMISSION
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* e se a nota é, de acordo com a escala, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir.

FAIXAS	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
-	-	Longo prazo	Longo prazo
FAIXA 1	AAA	AAA	AAA
FAIXA 2	AA	AA	AA
FAIXA 3	A	A	A

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- ✓ Os títulos que não possuem *rating* elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;
- ✓ Caso haja duas ou mais classificações para o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- ✓ O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos;
- ✓ O monitoramento dos ratings dos ativos de crédito será realizado de forma contínua, com o acompanhamento realizado por faixa de classificação conforme demonstrado na tabela acima.

17.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano.

A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

Assim sendo, os títulos públicos já pertencentes à carteira de investimentos do IPJBV foram ancorados nas sugestões trazidas no estudo de ALM, conforme já mencionado no item 15, alocação objetivo.

B. Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO ACUMULADO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	25%
De 31 dias a 365 dias	35%
Acima de 365 dias	100%

17.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- ✓ A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- ✓ O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- ✓ Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- ✓ Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

Neste sentido, o IPSJBV vem adotando sistematicamente ações para a devida certificação profissional exigida pelo Ministério da Previdência, de sua Diretoria Executiva; membros do Conselho Administrativo; Fiscal e Comitê de Investimentos, sendo que atualmente possui mais de 95% de seus colaboradores certificado.

Além disto, o IPSJBV já possui Certificação Institucional no Programa Pró Gestão RPPS -Nível II.

17.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Contudo, conforme mencionado no item 7. Modelo de Gestão, a gestão das aplicações dos recursos do IPSJBV é própria, na medida em que realiza diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, sempre respeitando os parâmetros da normatização vigente.

17.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre as atividades administrativas e investimentos, será feito por meio de análise criteriosa de toda a documentação pertinente nas áreas administrativa e financeira/investimentos, realizada tanto pelo Comitê de Investimentos quanto pelos Conselhos Administrativo e Fiscal, o que inclui a verificação de atendimento a todos os requisitos e documentos exigidos nas normas.

Tome-se por exemplo o que ocorre quando do credenciamento de Gestores, Administradores, Custodiantes, Distribuidores e Instituições Financeiras que tenham recursos alocados do IPSJBV, que conta com a homologação do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Administrativo.

Além disso, os riscos legais também serão analisados pelo Controle Interno, Diretoria Jurídica, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, com emissão de pareceres, relatórios e análises das atividades do IPSJBV, dentro das suas áreas de atuação.

17.7 Risco Sistêmico



O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

17.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do IPSJBV.

18 Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado na Imprensa Oficial do Município, bem como, no site institucional do IPSJBV com pleno acesso a quem possa interessar.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os

fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

A presente Política de Investimentos (P.I.), proposta pelo Comitê de Investimentos do IPSJBV, nos termos do art. 21, da Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017, fica submetida ao Superintendente, a qual deverá ser encaminhada para aprovação pelo Conselho Administrativo na reunião ordinária na data de 13/12/2024.

São João da Boa Vista – SP, 06 de dezembro de 2024.

ANEXO Nº 04

Calendário das Reuniões do Comitê de Investimentos para 2025

MÊS	DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL
JANEIRO	08/01/2025	quarta-feira	09horas	
	24/01/2025	sexta-feira	09horas	
FEVEREIRO	07/02/2025	sexta-feira	09horas	
	26/02/2025	quarta-feira	09horas	
MARÇO	07/03/2025	sexta-feira	09horas	
	26/03/2025	quarta-feira	09horas	
ABRIL	09/04/2025	quarta-feira	09horas	
	25/04/2025	sexta-feira	09horas	
MAIO	09/05/2025	sexta-feira	09horas	
	28/05/2025	quarta-feira	09horas	
JUNHO	06/06/2025	sexta-feira	09horas	
	25/06/2025	quarta-feira	09horas	

MÊS	DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	
JULHO	11/07/2025	quarta-feira	09horas	
	25/07/2025	sexta-feira	09horas	
AGOSTO	08/08/2025	sexta-feira	09horas	
	27/08/2025	quarta-feira	09horas	
SETEMBRO	10/09/2025	quarta-feira	09horas	
	26/09/2025	sexta-feira	09horas	
OUTUBRO	08/10/2025	quarta-feira	09horas	
	24/10/2025	sexta-feira	09horas	
NOVEMBRO	07/11/2025	sexta-feira	09horas	
	26/11/2025	quarta-feira	09horas	
DEZEMBRO	05/12/2025	sexta-feira	09horas	
	19/12/2025	sexta-feira	09horas	

ANEXO Nº 05

RELATÓRIO

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

DO SÃO JOÃO PREV

outubro/2024



INTRODUÇÃO

O Relatório tem por finalidade apresentar as atividades tramitadas na área administrativa e demonstrar a evolução patrimonial dos recursos financeiros do Instituto de Previdência no mês, em consonância com a legislação em vigor, a transparência da gestão, atendendo a Política de Investimentos - Manual Pró-Gestão. Também busca informar os dados sobre números de servidores ativos e inativos, quantitativos e qualitativos da Carteira de Investimentos, detalhando os ativos financeiros que a compõem.

BENEFÍCIOS

O Instituto de Previdência de São João da Boa Vista concedeu 02 (duas) aposentadorias e 01 (uma) pensão no mês de outubro.

Os processos de concessão de benefícios previdenciários foram analisados pela Diretoria Benefícios e pelo Diretor Jurídico, garantindo assim que os mesmos atendam aos requisitos legais estabelecidos para sua concessão e pagamento. Todos os processos de concessão de benefícios foram analisados e aprovados pelos membros do Conselho de Administração e as respectivas Portarias publicadas em Jornal Oficial do Município.

SERVIDORES

Quadro com total de servidores ativos e inativos por plano Financeiro e Previdenciário e por entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE, Câmara Municipal e IPSJBV no mês de outubro.

QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS EM 31/10/2024

PLANO FINANCEIRO

SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	638	2	38	0	678
PENSIONISTAS	119	3	9	0	131
TOTAL - INATIVOS	757	5	47	0	809
ATIVOS	625	1	69	3	698

PLANO PREVIDENCIÁRIO

SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	274	2	16	0	292
PENSIONISTAS	80	0	2	0	82
TOTAL - INATIVOS	354	2	18	0	374
ATIVOS	1.363	9	193	7	1.572

TOTAL GERAL - PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO

SERVIDORES	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	912	4	54	0	970
PENSIONISTAS	199	3	11	0	213
TOTAL - INATIVOS	1.111	7	65	0	1.183
ATIVOS	1.988	10	262	10	2.270

RECEITAS E DESPESAS – APURAÇÃO DE INSUFICIÊNCIAS

As contribuições previdenciárias (patronal e servidor) foram repassadas ao Instituto de Previdência de forma regular nos planos Financeiro e Previdenciário, sem nenhum registro de inadimplência pelas entidades: Prefeitura Municipal de São João da Boa Vista, Centro Universitário - UNIFAE e Câmara Municipal de São João da Boa Vista. Os repasses de insuficiência financeira mensais destinados à amortização do déficit financeiro do plano Financeiro, conforme plano de amortização instituído pela Lei Municipal 4.574 de 05/11/2019, também foram repassados dentro do prazo.

Segue abaixo quadros das receitas orçamentárias arrecadas e despesas orçamentárias ocorridas no mês de outubro.

RECEITA - PLANO FINANCEIRO						
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	COMPREV	PARCELAMENTO	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	105.740,07	1.218.081,83	125.985,76	0,00	3.881.894,12	5.331.701,78
UNIFAE	12.573,16	239.423,16	6.832,39	0,00	0,00	258.828,71
CÂMARA	2.506,32	5.145,42	1.569,92	0,00	39.913,30	49.134,96
INSTITUTO	0,00	7.673,97	0,00	0,00	0,00	7.673,97
TOTAL	120.819,55	1.470.324,38	134.388,07	0,00	3.921.807,42	5.647.339,42

Importante ressaltar que no Plano Financeiro, quando há uma sobra financeira do mês anterior dos entes, é utilizada para o cálculo do déficit do Plano no período.

DESPESA - PLANO FINANCEIRO						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	4.597.532,61	538.028,48	129.045,54	67.095,15	0,00	5.331.701,78
UNIFAE	270.267,15	68.282,88	23.800,06	1.239,63	0,00	363.589,72
CÂMARA	26.963,04	21.640,32	531,60	0,00	0,00	49.134,96
TOTAL	4.894.762,80	627.951,68	153.377,20	68.334,78	0,00	5.744.426,46

RESERVA - FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO			
PREFEITURA	UNIFAE	CÂMARA	TOTAL
85.763,87	5.653,79	811,68	92.229,34

A Lei Complementar nº 4.574, 05 de novembro de 2019, art. 16, criou o Fundo de Oscilação de Risco. No quadro acima está demonstrado os valores repassados mensalmente pelos entes: Prefeitura Municipal, UNIFAE e Câmara Municipal, ficando capitalizados, podendo ser utilizados para cobertura de eventual insuficiência financeira apurada pelo Instituto de Previdência.

RECEITA - PLANO PREVIDENCIÁRIO					
ENTE	CONTRIBUIÇÕES INATIVOS	CONTRIBUIÇÕES ATIVOS	COMPREV	INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	TOTAL
PREFEITURA	27.736,08	1.637.891,82	232.307,55	-121.477,18	1.897.935,45
UNIFAE	7.866,23	436.938,93	14.470,47	0,00	459.275,63
CÂMARA	1.572,01	12.422,64	4.689,26	-9.092,55	18.683,91
INSTITUTO	0,00	8.434,66	0,00	0,00	8.434,66
TOTAL	37.174,32	2.095.688,05	251.467,28	-130.569,73	2.384.329,65

No Plano Previdenciário, quando a insuficiência financeira é identificada, o Instituto de Previdência tem enviado notificações oficiais para cobrança. Tanto a Prefeitura Municipal quanto a Câmara Municipal estão justificando formalmente o não repasse amparado no *caput* do art. 15, da Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 (lei de custeio em vigor).

Em relação à esta questão, por recomendação do TCE/SP na análise das contas do exercício de 2021 enviamos estudo de anteprojeto de lei ao Executivo e que tramitou no Legislativo para adequar este dispositivo (art. 15) da lei de custeio ao estabelecido tanto nas normas federais, quanto na Constituição Federal que regulamentam a matéria.

Porém, o Legislativo negou seguimento ao debate e tramitação do projeto por sua Comissão de Redação e Justiça sob justificativa simplista de que deveria ser devolvido ao Executivo para reestudo.

Com a contratação de novo Atuário a partir de 25/07/2024 (Escritório Técnico Atuarial e Corretora de Seguros S/S Ltda) o projeto devolvido foi encaminhado para estudo técnico atuarial e, após, será novamente encaminhado para tramitação pelo Executivo e Legislativo.

Até o momento atual, a UNIFAE apresenta superávit no Plano Previdenciário.

DESPESA - PLANO PREVIDENCIÁRIO						
ENTE	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	PRECATÓRIOS	RPVs	TOTAL
PREFEITURA	1.569.155,41	295.446,17	154.811,05	0,00	0,00	2.019.412,63
UNIFAE	151.458,01	15.068,57	23.800,06	0,00	0,00	190.326,64
CÂMARA	26.800,68	0,00	975,78	0,00	0,00	27.776,46
TOTAL	1.747.414,10	310.514,74	179.586,89	0,00	0,00	2.237.515,73

A Lei Complementar nº 4.574, de 05 de novembro de 2019 e alterações, estabeleceu o percentual e a forma de cálculo da Taxa de Administração, para que mensalmente os Planos (Financeiro e Previdenciário) repassem o montante apurado contabilmente e individualizados, como forma de custear as despesas correntes e de capital necessárias para a organização e funcionamento do IPSJBV.

Assim, nos quadros abaixo, segue demonstrado os valores do mês de setembro/2024 da Receita-Taxa de Administração, bem como, as referidas despesas ocorridas no mês.

RECEITA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		
PLANO FINANCEIRO	PLANO PREVIDENCIÁRIO	TOTAL
154.500,35	197.761,93	352.262,28

DESPESA - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	
DESCRIÇÃO	VALOR
FOLHA ATIVOS INSTITUTO	92.629,96
CONTRIBUIÇÕES	10.338,53
MATERIAL DE CONSUMO	180,02
PASSAGENS, DESPESAS COM LOCOMOÇÃO E DIÁRIAS	48,74
CONSULTORIA	7.300,00
SERVIÇO PESSOA FÍSICA	9.837,05
SERVIÇO PESSOA JURÍDICA	22.281,09
SERVIÇO TI	1.298,00

OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - PASEP / TAXA ILUMINAÇÃO	9.253,19
INDENIZAÇÕES/RESTITUIÇÕES	0,00
EQUIPAMENTO PERMANENTE	0,00
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS - RETENÇÕES PAGAS	27.730,50
TOTAL	180.897,08

Os recursos denominados “Taxa de Administração” vindos dos planos Financeiro e Previdenciário são utilizados para manutenção do Instituto de Previdência, tais como: folha de pagamento dos seus servidores, gastos com manutenção predial, veicular, água/esgoto, energia elétrica, serviços contratuais, mão-de-obra especializada, aquisições de materiais de escritório, produtos de limpeza e higienização e demais despesas.

Com isso, a sobra do mês será incorporada ao Patrimônio investido e capitalizado do Instituto de Previdência.

SUPERINTENDÊNCIA

1 - Investimentos

Na 19ª reunião ordinária do Comitê de Investimentos, o Banco Mercantil apresentou um resumo institucional. Citou que atualmente, o banco atua em sete estados, atende 200 cidades, possui mais de três mil colaboradores, 297 pontos de atendimento e conta com R\$ 8,2 milhões de clientes.

Durante a apresentação, foram mostrados gráficos de resultados recordes que destacam a solidez do modelo de negócios, culminando em uma dupla elevação no rating pela S&P.

Os produtos oferecidos pelo banco incluem CDBs, Letras Financeiras, Linhas de Crédito, cartões e seguros.

O CDB oferece aplicações com diferentes prazos e taxas competitivas, prometendo liquidez diária e garantia de rentabilidade. O banco atende tanto pessoas jurídicas quanto físicas com suas linhas de crédito.

Tabelas apresentadas demonstraram rendimentos de CDBs e Letras Financeiras, comparando-os com *benchmarks* como IRF-M1, IDKA, IMA-B5 e IRF-M. Os resultados indicaram uma performance satisfatória destes produtos.

Foi apresentado ainda, o relatório de investimentos referente a setembro, que destacou um rendimento de **R\$ 925.319,66** sobre um patrimônio de **R\$ 215.432.374,06**. Um relatório adicional mostrou uma prévia do desempenho dos investimentos em outubro, com um rendimento de R\$ 338.639,23 e um patrimônio consolidado de R\$ 220.267.547,07.

Na análise de fundos, foi discutida a convocação para a Assembleia Geral Extraordinária do fundo **GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL**, visando aprovar a mudança de administração do Banco Daycoval para a BTG Pactual. Essa alteração não modificará o enquadramento do fundo e está em conformidade com as normas regulatórias da CVM.

O Comitê de Investimentos, deliberou a respeito de várias movimentações estratégicas. Propuseram o resgate total de fundos com baixo desempenho, como o **GUEPARDO VALOR INSTITUCIONAL**, e o redirecionamento de recursos para fundos menos voláteis e atrelados ao CDI. Estas ações visam ajustar a carteira para melhor alinhamento com a meta atuarial, dadas as atuais condições econômicas, incluindo juros altos e incertezas de mercado.

Por fim, a meta atuarial para 2025 foi discutida. Após debate, foi decidido manter a meta de 5,16%, igual à proposta para o exercício de 2024. Esta decisão considerou tanto o impacto na provisão matemática do cálculo atuarial quanto as incertezas do mercado, focando em alcançar um crescimento patrimonial sustentável para o Plano Previdenciário.

As medidas tomadas pelo Comitê refletem uma estratégia cautelosa para enfrentar os desafios econômicos e assegurar a consecução dos objetivos financeiros da instituição.

Na apresentação do Banco do Brasil, ocorrida no dia 29 de outubro de 2024, o Especialista em Investimentos para RPPS do Banco do Brasil, Sr. Lucas de Oliveira, apresentou gráficos sobre as taxas de juros do *Federal Reserve (FED)* e do Banco Central Europeu (BCE). Ele mencionou a expectativa de que o *FED* tome medidas para conter os temores de recessão.

No cenário doméstico, Lucas utilizou gráficos para mostrar a evolução da taxa Selic, evidenciando que a atividade econômica e o mercado de trabalho estão se mostrando mais dinâmicos do que o esperado, o que complica a convergência da inflação à meta estabelecida. A curva de juros no Brasil continua pressionada por um cenário externo volátil e incertezas fiscais. Ele ressaltou que as estratégias relacionadas ao CDI e ao Crédito Privado têm mostrado desempenho superior em comparação a outras opções de renda fixa e devem se fortalecer com a alta da Selic.

Em seguida, Lucas apresentou um gráfico projetando o comportamento do CDI em relação à meta, além de sugerir alguns fundos para possíveis aportes que poderiam agregar à carteira do IPSJBV. Todos os fundos apresentados foram demonstrados com comparativo gráfico de performance em relação aos seus *benchmarks*.

No que diz respeito ao acompanhamento dos investimentos, foi compartilhado o relatório de rentabilidade e retorno dos investimentos até 23/10/2024, que projetou um rendimento total de R\$ 1.434.973,56 e um patrimônio consolidado de R\$ 221.319.532,99.

Observou-se que os recentes resgates de fundos com benchmark em IMA, IMA-B, IMA-B5 e Ações, aplicados em CDI, apresentaram resultados satisfatórios, contribuindo para o alavancagem da carteira do IPSJBV e para alcançar a meta.

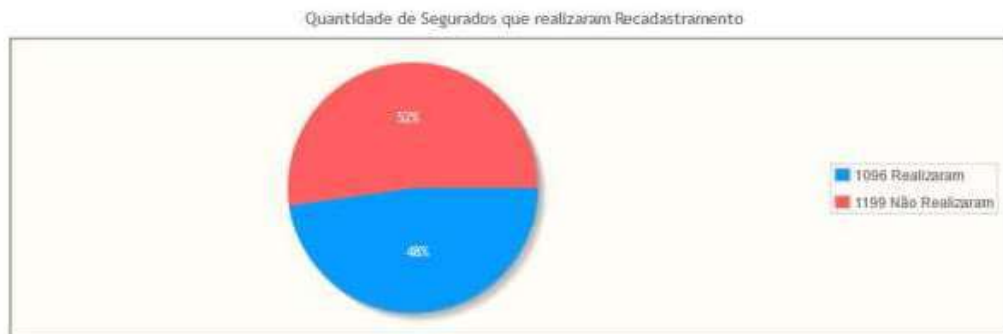
Tomando conhecimento de uma matéria sobre supostos casos de corrupção envolvendo previdências municipais, levou o Comitê a debater a possibilidade de resgate total do único fundo em que o IPSJBV possui aplicação com a distribuidora DOLAR BILLS (atualmente EMPIRE CAPITAL), o **PORTO SEGURO IMA-B5 FIC I RENDA FIXA LONGO PRAZO**. Após debate, os membros decidiram manter a aplicação neste fundo por enquanto, com o compromisso de acompanhar a situação.

Em análise da carteira do IPSJBV, os membros notaram que os fundos capitalizados da Taxa de Administração: **BB PREV RF ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL**, apresentava um rendimento inferior ao **BB PREV RF REFERENCIADO DI LP PERFIL**, em diversas janelas de tempo. Por unanimidade, o Comitê decidiu realizar o resgate total do primeiro fundo e aplicar os recursos no segundo, visando o cumprimento da meta ao final do exercício de 2024.

Por fim, a Diretora Sra. Ednéia Ridolfi informou que disponibilizou o Relatório Administrativo/Financeiro de setembro de 2024, o qual foi analisado pelos membros do Comitê. Não houve ressalvas ou dúvidas em relação ao documento, e o parecer do Comitê de Investimentos acompanhará a ata.

2 – Demais assuntos administrativos

Censo Previdenciário – O Grupo de Trabalho foi criado para oferecer suporte e monitoramento durante o Censo Cadastral Previdenciário de 2024. Estes se reúnem mensalmente, nestes encontros a Diretora de Benefícios, Sra. Priscila de Andrade Bertholucci, disponibiliza por meio do Processo Administrativo nº 1.250/2024 da plataforma 1Doc, o Relatório Estatístico do Recadastramento *Web*, emitido pelo sistema operacional FOUR INFO como parte do monitoramento.



Fonte: FOUR INFO – Sistemas Operacionais – www.fourinfo.com.br

No gráfico apresentado, pode-se observar que 1.096 servidores já realizaram o Censo, enquanto 1.199 servidores ainda não efetuaram o recadastramento. Na próxima reunião do Grupo de Trabalho do Censo Previdenciário, instituído pela Portaria nº 18.091/2024, será enfatizada a necessidade de conscientização dos servidores sobre a importância de atualizar seus dados cadastrais. Uma base de dados sólida é fundamental para sustentar os estudos técnicos que refletem a real situação de nossa autarquia previdenciária.

Para que cada responsável de departamento possa acompanhar o progresso do Censo nas áreas sob sua responsabilidade, foi encaminhado relatório individualizado por departamento. Desta forma, a orientação e o monitoramento para conclusão do recadastramento será mais pontual.

Projeto de Lei para Reestruturação Administrativa – Com o intuito de otimizar a estrutura administrativa do IPSJBV, a Diretoria Jurídica do IPSJBV elaborou um anteprojeto de Lei Complementar, com foco especial na regulamentação do Controle Interno, que atualmente não está previsto em nossa legislação.

O Controle Interno é fundamental para promover transparência, eficiência e responsabilidade nas instituições públicas. Sua regulamentação contemplará suas atribuições e responsabilidades garantindo uma estrutura clara e essencial para seu funcionamento do IPSJBV.

As demandas sobre o Controle Interno aumentaram nos últimos anos, devido à expansão das áreas de fiscalização e à complexidade dos relatórios nos RPPS, que envolvem temas como a ciência atuarial.

Além disso, a regulamentação é necessária para assegurar maior autonomia e independência ao Controle Interno, evitando compromissos à sua imparcialidade e efetividade na detecção e correção de falhas administrativas. Seu funcionamento eficaz é crucial para manutenção ao Pró-Gestão RPPS, que valida boas práticas de gestão pública e reforça o compromisso da administração com a excelência na gestão dos recursos previdenciários.

O projeto contempla também a extinção do cargo de Auxiliar Previdenciário 3 – área Transporte, para criar mais uma vaga para o cargo de Auxiliar Previdenciário 2 – área Geral.

Visando atender ao Decreto nº 7.504/2023 sobre contenção de gastos com pessoal, a proposta é extinguir o cargo de Auxiliar Previdenciário 3 – Área Transporte, compensando a criação de uma vaga efetiva para Auxiliar Previdenciário 2 – Área Geral. A eliminação do cargo de transporte, com funções similares a motorista, se justifica pela baixa demanda por deslocamentos, limitados a poucos eventos anuais, para os quais contratam-se serviços de transporte externo. Em contrapartida, aumenta a capacidade na Área Geral que é essencial para lidar com a crescente demanda administrativa e atendimento ao público, melhorando a eficiência do IPSJBV.

Extingue também o cargo de Analista Previdenciário 1 – Médico do Trabalho. Pois desde a criação da autarquia, o cargo de Analista Previdenciário 1 - Médico do Trabalho nunca foi ocupado, o que indica que a demanda interna não justifica a manutenção da posição. As atividades de medicina do trabalho, como exames admissionais e laudos médicos periciais para aposentadoria especial, são realizadas esporadicamente pelo corpo técnico da Prefeitura de São João da Boa Vista, responsável pelos servidores ativos.

Dessa forma, as demandas são insuficientes para justificar a remuneração de um médico com carga horária de 20 horas semanais, o que não é economicamente viável para o IPSJBV, dada a baixa quantidade de trabalho.

A terceirização das perícias médicas para reavaliação de aposentadorias por incapacidade permanente e análise de pedidos de compensação previdenciária é uma solução economicamente vantajosa para o Instituto. A contratação externa permite pagar apenas pelos serviços prestados, otimizando recursos financeiros e evitando custos contínuos em períodos de baixa demanda. Essa abordagem oferece flexibilidade para contratar especialistas qualificados conforme a necessidade anual, sem a obrigação de manter um médico em tempo integral.

Assim, a extinção do cargo de Médico do Trabalho e a adoção da terceirização são soluções racionais e eficientes, alinhadas às necessidades do Instituto de Previdência e à otimização dos recursos públicos a curto, médio e longo prazo.

Projeto de Lei para o Fundo de Oscilação de Risco – Em conformidade com a Lei Complementar nº 4.574, de 5 de novembro de 2019, artigo 16, inciso II, que estabelece que o São João Prev deve abrir uma conta para a reserva de oscilação de risco, mantendo valores repassados que correspondam, no mínimo, a duas folhas de pagamento de benefícios do Plano Financeiro.

O Controle Interno do IPSJBV, após análises regulares, constatou que, embora o fundo de oscilação esteja próximo de completar 60 meses, ainda não foram capitalizadas duas folhas do Plano Financeiro, como exigido. De acordo com a lei, a Administração anterior deveria ter reservado uma folha do Plano no fundo e realizado cálculos e cobranças mensais de aportes de 1,67% da folha de benefícios. Isso serviria para compor a segunda folha, cumprindo o estabelecido no Artigo 16, inciso II.

Portanto, o Controle Interno recomendou que o Superintendente e a Diretoria Jurídica informassem os membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal, além do Comitê de Investimentos, visando discutir e decidir sobre adequações necessárias à lei.

Adicionalmente, o Controle Interno sugeriu rever o volume capitalizado na conta da reserva da taxa de administração, que acumula aproximadamente R\$ 10 milhões. Recomendando transferir parte deste montante para o Plano Previdenciário, mas enfatizou-se a necessidade de debate colegiado sobre os dados apresentados.

Com base nos apontamentos, o Superintendente, juntamente com a Diretoria Executiva levaram ao conhecimento dos Conselhos, concluindo que a melhor abordagem para regularizar e completar as duas folhas no fundo de oscilação seria transferir da taxa de administração um valor equivalente a uma folha do Plano Financeiro, atualmente R\$ 5.737.485,06.

Além disso, considerou-se apropriado transferir R\$ 4.447.621,68 da taxa de administração para o Plano Previdenciário, mantendo uma reserva de R\$ 500 mil para manutenção do IPSJBV.

O projeto de lei foi encaminhado para análise do Executivo e, posteriormente, para aprovação do Legislativo, seguindo a revisão e aprovação pelos Conselhos Administrativo e Fiscal, bem como pelo Comitê de Investimentos.

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

1 – Cenário Econômico

Cenário Econômico Global - No mês de outubro de 2024, o cenário econômico global se caracteriza por uma série de desafios e oportunidades que moldam as estratégias econômicas em escala mundial. A política monetária continua a ser um dos principais focos das economias desenvolvidas. Nos Estados Unidos, o Federal Reserve busca um equilíbrio cuidadoso entre combater a inflação e sustentar o crescimento econômico, com ajustes nas taxas de juros que impactam não apenas a economia doméstica, mas também os fluxos financeiros globais.

Na Europa, o Banco Central Europeu enfrenta um cenário semelhante, onde a manutenção de uma inflação controlada é essencial para sustentar a confiança nos mercados, enquanto se promove o crescimento econômico através de políticas que buscam inovação e sustentabilidade.

O comércio internacional continua sendo influenciado por negociações comerciais entre potências como os Estados Unidos e a China. A normalização das cadeias de suprimento, anteriormente impactadas por tensões comerciais e a pandemia, é uma prioridade para garantir a estabilidade dos preços e a disponibilidade de produtos essenciais.

A transição energética segue em ritmo acelerado, com países investindo fortemente em tecnologias sustentáveis para reduzir dependências de combustíveis fósseis. Esta mudança não só contribui para metas ambientais, mas também cria novos setores econômicos e oportunidades de emprego.

Na geopolítica, as relações entre grandes potências, como Estados Unidos, China e Rússia, continuam a ser determinantes para a estabilidade global. Situações de conflitos militares e diplomáticos impactam diretamente a economia, influenciando desde os preços de energia até a confiança dos investidores.

Cenário Econômico Nacional (Brasil) – No Brasil, a economia em outubro de 2024 está focada em consolidar avanços obtidos ao longo do ano. A política monetária conduzida pelo Banco Central é vigilante em relação à inflação, utilizando a taxa SELIC como principal ferramenta para garantir a estabilidade de preços e fomentar um ambiente propício para o crescimento econômico.

O governo avança em sua agenda de reformas fiscais e administrativas, buscando melhorar a eficiência do setor público e impulsionar o investimento privado. Estas reformas são vistas como cruciais para criar um ambiente econômico mais competitivo e atrair capital estrangeiro.

O setor agrícola continua a desempenhar um papel vital na economia brasileira, com exportações robustas que sustentam a balança comercial. A adoção de novas tecnologias e práticas sustentáveis aprimora a produtividade e a resiliência do setor diante de desafios climáticos.

O investimento em infraestrutura é um dos pilares para o desenvolvimento econômico, com projetos em andamento destinados a melhorar a logística, energia e comunicação no país. Tais investimentos são fundamentais para integrar melhor o Brasil aos mercados globais.

Por fim, o mercado de trabalho se beneficia de iniciativas de capacitação e políticas voltadas para a inclusão laboral, enfrentando desafios de desemprego com programas que visam a formação profissional em setores de tecnologia e inovação.

Em síntese, o Brasil, assim como o cenário global, encara outubro de 2024 com uma combinação de precaução e potencial para crescimento, em um ambiente econômico que requer vigilância constante e adaptação estratégica às dinâmicas internacionais e internas.

2 – Carteira de Investimentos

O Instituto de Previdência registrou no fechamento de outubro uma rentabilidade positiva **R\$ 1.884.192,17**, fechando o mês com um Patrimônio na totalidade de **R\$ 217.487.858,23**.

Investimentos x Meta Atuarial (Mês a Mês)

Mês	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)
janeiro	200.775.472,45	-196.420,28	-196.420,28	-0,10%	-0,10%	0,84%	0,84%
fevereiro	203.559.426,19	2.531.295,82	2.334.875,54	1,24%	1,14%	1,25%	2,11%
março	206.931.475,70	3.043.151,63	5.378.027,17	1,47%	2,63%	0,58%	2,70%
abril	205.796.435,13	-1.341.343,67	4.036.683,46	-0,64%	1,98%	0,80%	3,52%
maio	190.394.296,43	1.039.371,74	5.076.055,20	0,50%	2,49%	0,88%	4,44%
junho	208.397.855,81	1.833.791,06	6.909.846,26	0,88%	3,39%	0,63%	5,09%
julho	211.246.860,16	2.408.658,59	9.318.504,85	1,13%	4,56%	0,80%	5,94%
agosto	214.521.947,35	2.611.420,19	11.929.925,04	1,22%	5,84%	0,40%	6,36%
setembro	215.432.374,06	925.319,66	12.855.244,70	43,00%	6,29%	0,86%	7,28%
outubro	217.487.858,23	1.884.192,17	14.739.436,87	0,86%	7,21%	0,98%	8,33%

Os membros do Comitê de Investimentos nas suas análises e estratégias dos investimentos, buscam adequar a carteira ao que foi estipulado para o exercício, somado ao cenário econômico para o cumprimento de Meta.

A alocação por enquadramento/artigo segue a determinação do Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 4.963 publicada em 25/11/2021, Subseção I, que estabelece um limite máximo de alocação para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS.

A Resolução CMN nº 4.963 que entrou em vigor em 03 de janeiro de 2022, estabeleceu que os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) que comprovarem a adoção de melhores práticas de gestão, conforme o Manual do Pró-Gestão RPPS, estarão sujeitos a diferentes limites de alocação.

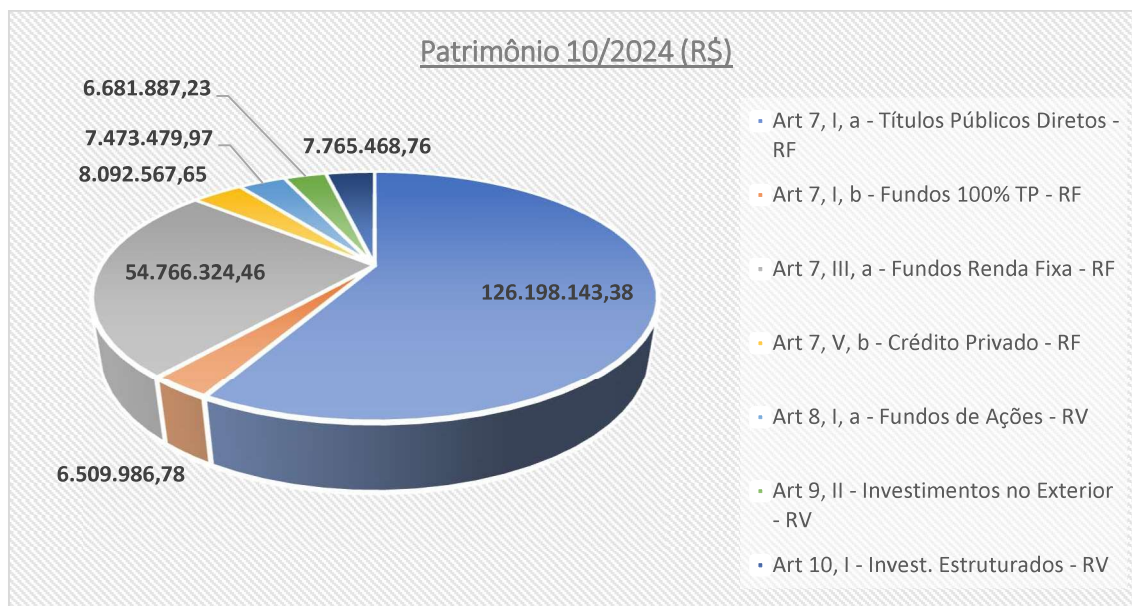
A nova norma visa vincular os níveis de governança dos RPPS aos limites de alocação, flexibilizando-os para aqueles que aderem a padrões mais rigorosos, aumentando a segurança das aplicações e criando novas oportunidades para os gestores.

Assim, os limites de alocação poderão variar entre os RPPS, dependendo do nível de adesão ao Manual e entre os segmentos de aplicação definidos na Resolução CMN 4.963, que introduziu mudanças significativas em relação à Resolução CMN 3.922.

Observamos no quadro abaixo, a composição da carteira do Instituto por enquadramento/artigo em valores e porcentagens, confrontado com a Política de Investimentos para 2024.

Nota-se que a alocação da carteira do IPSJBV está abaixo do limite máximo permitido pela Resolução. Considerando ainda que, o Instituto de Previdência de São João da Boa Vista, atualmente está certificado no Pró Gestão RPPS – nível II, o que permite alocação acima da Resolução.

PATRIMÔNIO POR ENQUADRAMENTO x POLÍTICA DE INVESTIMENTOS						
Artigo	Patrimônio (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Máximo permitido Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	126.198.143,38	1.307.523,04	58,03%	42,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	6.509.986,78	4.487,28	2,99%	10,00%	100,00%	Meta do Mês 0,98%
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	54.766.324,46	493.806,72	25,18%	22,00%	70,00%	
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	8.092.567,65	49.780,10	3,72%	4,00%	10,00%	Rentabilidade 0,86%
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	7.473.479,97	-183.262,57	3,44%	15,00%	40,00%	
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	6.681.887,23	232.634,21	3,07%	3,00%	10,00%	Abaixo da meta 0,12%
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	7.765.468,76	-20.776,61	3,57%	4,00%	10,00%	
TOTAL	217.487.858,23	1.884.192,17	100,00%	100,00%		



A Meta Atuarial proposta na Política de Investimentos para 2024 do Instituto de Previdência foi de IPCA+5,16%. Assim, segue demonstrado na tabela abaixo, o rendimento/retorno positivo de 0,86% atingido pelo Instituto no mês de outubro, não atingindo a meta mensal de 0,98% para toda a carteira.

Meta Atuarial (IPCA + 5,16)	no Mês	no Ano
Meta	0,98%	8,33%
Rendimento	0,86%	7,21%

Abaixo segue demonstrativos dos Ativos que compõe a carteira do São João Prev no fechamento de outubro.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
 CNPJ 05.774.894/0001-90**



INVESTIMENTOS - OUTUBRO/2024

PLANO PREVIDENCIÁRIO												
CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
N/A	NTN-B 760199 20240815 / 1387786	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,52%	--	--	--	ago/24	0,01
N/A	NTN-B 760199 20250515 / 1504836	4.158.970,37	0,00	0,00	4.203.540,28	44.569,91	1,07%	--	--	--	mai/25	442.069,71
N/A	NTN-B 760199 20250515 / 813218	6.141.050,79	0,00	0,00	6.206.222,28	65.171,49	1,06%	--	--	--	mai/25	200.770,03
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.152.271,18	0,00	0,00	4.195.614,67	43.343,49	1,04%	--	--	--	ago/26	416.994,55
N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	5.968.296,89	0,00	0,00	6.032.435,33	64.138,44	1,07%	--	--	--	ago/26	171.800,68
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.075.832,24	0,00	0,00	2.097.303,96	21.471,72	1,03%	--	--	--	mai/27	213.282,93
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.049.839,61	0,00	0,00	5.103.518,29	53.678,68	1,06%	--	--	--	mai/27	250.820,30
N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.072.838,04	0,00	0,00	3.105.846,77	33.008,73	1,07%	--	--	--	mai/27	101.972,05
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.046.099,16	0,00	0,00	5.099.787,35	53.688,19	1,06%	--	--	--	ago/28	230.791,97
N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	4.972.593,96	0,00	0,00	5.026.186,24	53.592,28	1,08%	--	--	--	ago/28	143.656,49
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.047.853,62	0,00	0,00	5.101.481,21	53.627,59	1,06%	--	--	--	mai/29	250.557,92
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.070.321,84	0,00	0,00	3.103.358,77	33.036,93	1,08%	--	--	--	mai/29	102.090,35
N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.016.580,91	0,00	0,00	2.038.002,33	21.421,42	1,06%	--	--	--	mai/29	38.781,47
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.040.104,03	0,00	0,00	5.093.555,44	53.451,41	1,06%	--	--	--	ago/30	229.643,41
N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.041.044,89	0,00	0,00	5.093.842,18	52.797,29	1,05%	--	--	--	ago/30	95.291,26



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

 CNPJ 05.774.894/0001-90



N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.163.454,76	0,00	0,00	2.186.659,83	23.205,07	1,07%	--	--	--	mai/35	377.047,25
N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.053.835,58	0,00	0,00	8.138.182,47	84.346,89	1,05%	--	--	--	mai/35	152.244,39
N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	10.942.097,15	0,00	0,00	11.054.234,05	112.136,90	1,02%	--	--	--	ago/40	1.922.006,25
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.282.519,90	0,00	0,00	4.326.150,26	43.630,36	1,02%	--	--	--	mai/45	552.120,40
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.100.819,19	0,00	0,00	2.122.075,11	21.255,92	1,01%	--	--	--	mai/45	230.249,82
N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.029.053,89	0,00	0,00	4.071.361,39	42.307,50	1,05%	--	--	--	mai/45	76.410,57
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.212.426,38	0,00	0,00	5.265.528,36	53.101,98	1,02%	--	--	--	ago/50	658.756,43
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.099.438,33	0,00	0,00	2.120.722,03	21.283,70	1,01%	--	--	--	ago/50	224.609,37
N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.019.153,63	0,00	0,00	3.050.911,72	31.758,09	1,05%	--	--	--	ago/50	57.375,22
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.359.836,94	0	0	5.414.396,11	54.559,17	1,02%	--	--	--	mai/55	692.196,07
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.100.129,95	0,00	0,00	2.121.416,31	21.286,36	1,01%	--	--	--	mai/55	231.372,96
N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.339.438,42	0,00	0,00	4.384.972,08	45.533,66	1,05%	--	--	--	mai/55	82.220,14
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.212.002,35	0,00	0,00	5.265.078,66	53.076,31	1,02%	--	--	--	ago/60	659.737,17
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.102.500,30	0,00	0,00	2.123.795,54	21.295,24	1,01%	--	--	--	ago/60	225.261,86
N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.020.216,04	0,00	0,00	3.051.964,36	31.748,32	1,05%	--	--	--	ago/60	57.346,44
ART 7º, I, a - Títulos Públicos		124.890.620,34	0,00	0,00	126.198.143,38	1.307.523,04						9.087.477,47



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
10.922.432/0001-03	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO CURTA FI RF LP	2.429.052,23	0,00	2.434.004,44	0,00	4.952,21	0,20%	0,74%	0,16	18-17	D+0	2.434.004,44
10.756.541/0001-06	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FI RF LP	1.122.901,35	0,00	0,00	1.104.188,09	-18.713,26	-1,67%	-1,67%	0,69	20-21	D+0	-68.237,48
13.455.117/0001-01	SANTANDER RF IMA-B 5 PREMIUM FIC FI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,44%	0,38%	0,19	108-105	D+1du	0,01
21.838.150/0001-49	ITAÚ INST ALOC DINÂMICA RF FIC FI	4.296.363,34	0,00	3.000.000,00	1.314.611,67	18.248,33	0,81%	0,82%	0,06	195-188	D+0	314.611,67
ART 7º, I, b - Fundos de Títulos Públicos		7.848.316,92	0,00	5.434.004,44	2.418.799,76	4.487,28						2.680.378,64

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
07.861.554/0001-22	BB PREV RF IMA-B FI	842.467,30	0,00	0,00	836.773,88	-5.693,42	-0,68%	-0,68%	0,46	219-212	D+1du	-106.595,44
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	8.923.853,51	2.322.623,92	6.216.795,47	5.093.910,68	64.228,72	0,94%	0,93%	0,03	1214-1235	D+0	2.090.174,68
03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	9.122.165,69	5.434.004,44	0,00	14.669.444,71	113.274,58	0,90%	0,91%	0,04	1069-1096	D+0	671.000,68
24.011.864/0001-77	PORTO SEGURO IMA-B5 FIC FI RENDA FIXA LP	2.031.656,19	0,00	0,00	2.045.565,24	13.909,05	0,68%	0,68%	0,18	134-132	D+0	2.045.565,24
03.399.411/0001-90	BRADESCO FI RF REFERENCIADO DI PREMIUM	11.631.777,85	8.000.000,00	0,00	19.781.209,05	149.431,20	0,91%	0,93%	0,04	557-584	D+0	921.493,38
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa		32.551.920,54	15.756.628,36	6.216.795,47	42.426.903,56	335.150,13						5.621.638,54



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
14.091.645/0001-91	BB PREV RF CRÉDITO PRIV IPCA III FI	4.168.786,11	0,00	4.182.102,93	0,00	13.316,82	0,32%	0,32%	0,27	37-35	D+30	1.310.455,23
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FIF RF CRÉDITO PRIVADO	0,00	4.028.052,18	0,00	4.045.982,10	17.929,92	0,90%	0,94%	0,04	60773-63340	D+0	17.929,92
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CREDITO PRIVADO	0,00	4.028.052,19	0,00	4.046.585,55	18.533,36	0,93%	0,97%	0,04	2024-2078	D+0	18.533,36
ART 7º, V, b - Fundos de renda Fixa		4.168.786,11	8.056.104,37	4.182.102,93	8.092.567,65	49.780,10						1.346.918,51

CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
38.280.883/0001-03	GUEPARDO VALOR INST FIC FIA	5.276.267,82	0,00	0,00	5.219.201,32	-57.066,50	-1,08%	-1,08%	--	100-100	D+30	5.219.201,33
08.279.304/0001-41	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	90.648,09	0,00	0,00	90.554,30	-93,79	-0,10%	-0,10%	0,94	1532-1461	D+1du	-4.228.131,72
03.394.711/0001-86	BRANDESCO FIA IBOVESPA PLUS	10.289.826,63	0,00	8.000.000,00	2.163.724,35	-126.102,28	-2,61%	-1,63%	1,1	47-47	D+0	607.161,87
ART 8º, I - Renda Variável		15.656.742,54	0,00	8.000.000,00	7.473.479,97	-183.262,57						1.598.231,48

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
21.752.617/0001-33	BB MULTIMERCADO NORDEA IE FI	4.525.761,30	0,00	0,00	4.631.080,67	105.319,37	2,33%	2,33%	0,93	14-14	D+1du	631.080,67
33.913.562/0001-85	MS GLOBAL OPPORT DOLAR ADV FIC FIA IE	1.923.491,72	0,00	0,00	2.050.806,56	127.314,84	6,62%	6,62%	--	6022-6787	D+1du	50.806,56
ART 9º, II, a - Investimento no Exterior		6.449.253,02	0,00	0,00	6.681.887,23	232.634,21						681.887,23



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LP	7.786.245,37	0,00	0,00	7.765.468,76	-20.776,61	-0,27%	-0,27%	--	14620-16038	D+0	2.765.468,75
ART 10º, I - Fundos Estruturados		7.786.245,37	0,00	0,00	7.765.468,76	-20.776,61						2.765.468,75

TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO	199.351.884,84	23.812.732,73	23.832.902,84	201.057.250,31	1.725.535,58							23.782.000,62
----------------------------	----------------	---------------	---------------	----------------	--------------	--	--	--	--	--	--	---------------

PLANO FINANCEIRO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	1.948.256,07	1.962.447,75	0,00	14.191,68	0,86%	--	0,03	1214-1235	D+0	0,00
TOTAL PLANO FINANCEIRO		0,00	1.948.256,07	1.962.447,75	0,00	14.191,68						0,00

FUNDO DE OSCILAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	5.395.382,48	5.653,79	0,00	5.451.416,86	50.380,59	0,93%	--	0,03	1214-1235	D+0	1.134.320,30
TOTAL FUNDO DE OSCILAÇÃO		5.395.382,48	5.653,79	0,00	5.451.416,86	50.380,59						1.134.320,30



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**
 CNPJ 05.774.894/0001-90



TAXA DE ADMINISTRAÇÃO												
CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo	Ágio/Deságio Acumulado
13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.624.305,21	220.000,00	20.000,00	6.888.004,04	63.698,83	0,93%	--	0,03	1214-1235	D+0	1.476.817,25
35.292.588/0001-89	BB PREV RF ALOC ATIVA RT FIC FI	4.060.801,53	0,00	0,00	4.091.187,02	30.385,49	0,75%	--	--	665-657	D+3du	739.969,58
TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO		10.685.106,74	220.000,00	20.000,00	10.979.191,06	94.084,32						2.216.786,83

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)
	215.432.374,06	25.986.642,59	25.815.350,59	217.487.858,23	1.884.192,17

São João da Boa Vista, 29 de novembro de 2024

Ednéia Ridolfi
 Diretora Adm/Financeira

Cleber Augusto Nicolau Leme Superintendente
 Superintendente





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DE33-0298-8093-773D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 29/11/2024 18:10:56 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



CLEBER AUGUSTO NICOLAU LEME (CPF 268.XXX.XXX-95) em 03/12/2024 11:24:59 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/DE33-0298-8093-773D>